



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 87ª  
(OCTOGÉSIMA SÉTIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 28 DE SETEMBRO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Benedito Domingos a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 184, de 7/10/2011, juntamente com a ata sucinta da 87ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) –

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 86ª Sessão Ordinária;
- Ata da 27ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 28ª Sessão Extraordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos: a todos os colegas, aos jornalistas, aos taquígrafos, ao Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu queria, rapidamente, nos Comunicados de Líderes, falar sobre um importante programa que está sendo trabalhado em nível de Centro-Oeste, especificamente pela Sudeco, que acaba de editar uma linha de crédito e colocá-la à disposição, a partir do Fundo Constitucional do Centro Oeste, e, logicamente, em consonância com a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal. É uma linha do FCO que vai fomentar a agricultura de baixo carbono, uma agricultura sustentável que vem ao encontro dos anseios da comunidade, da população em geral, pela busca de sustentabilidade em todos os níveis. Mas, para conseguir fazê-lo e ser efetivo naquilo que precisa ser feito, o cidadão precisa ter à disposição dele mecanismos que tornem a forma de atuar em níveis de meio ambiente e sustentabilidade mais fácil, porque temos certeza absoluta de que todos nós, todo cidadão de bem que tem consciência quer preservar o meio ambiente. Muitas vezes, porém, não conseguimos achar como. E na atitude individual, no conjunto das atitudes individuais, é que nós poderemos efetivamente mudar a situação em que nos encontramos.

Como não nos afeta diretamente, nós estamos morrendo cronicamente – não tenham dúvidas disso –, seja por uma alimentação inadequada cheia de agrotóxicos e de veneno, seja por um ar poluído, seja por um ambiente estressante de barulho, que não sentimos, porque o nosso aparelho auditivo se acostuma com ele, mas que acontece nas grandes cidades. Temos como consequência tudo isso que acontece, todo o estresse, toda a convivência difícil entre as pessoas e a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

quantidade interminável de remédios com tarja preta que as pessoas tomam para diminuir a depressão a que estamos, cada vez mais, todos nós, submetidos nas grandes cidades.

Quando temos um mecanismo como esse, feito pelo Poder Público – e o nosso Banco de Brasília, mais uma vez, estará à disposição para financiar –, começamos a entender que ações concretas precisam ser realizadas, e ações como essa que a nossa Câmara Legislativa, por intermédio da Mesa Diretora e da EcoCâmara, está fazendo, com o cálculo da neutralização deste ano de legislatura. Como foi discutido, nós, com a ajuda dos viveiros da Secretaria de Agricultura, vamos colocar e fazer o plantio das árvores que neutralizará todo o nosso consumo e toda nossa emissão na Floresta Nacional que foi queimada há pouco tempo.

Então, esse conjunto de atitudes que têm sido tomadas a partir da Sudeco, que traz essa linha de crédito da agricultura de baixo carbono, da agricultura sustentável, colocando à disposição do cidadão comum, do produtor rural, do empresário rural um mecanismo fácil para que possamos fazer um crescimento enorme dos processos de sustentabilidade, nós temos também na atitude de cada um. Na Frente Parlamentar Ambientalista desta Casa, no trabalho da Mesa Diretora, vemos a busca de atitudes individuais para que possamos, nesse conjunto de atitudes individuais, melhorar o coletivo de sustentabilidade da nossa cidade.

Temos certeza absoluta de que isso deve ser meta do nosso Governo, porque, muitas vezes, não nos preocupamos por acharmos que são apenas detalhes. Mas quem tem a verdadeira consciência e sabe o que está acontecendo prioriza e coloca nos primeiros pontos não resolver as grandes construções ou resolver os conflitos corporativos, mas resolver principalmente o problema ambiental que é gritante e que nos destrói a cada dia.

Era o que eu queria dizer nos Comunicados de Líderes.

Muito obrigado. Estamos sempre à disposição para melhorar a qualidade de vida na cidade.

(Assume a Presidência o Deputado Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, em questão de ordem, eu levantei a inoportunidade dessa proposição que está sendo apresentada pelo Senador Rodrigo Rollemberg no que tange ao Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Na verdade, o ataque ao Distrito Federal vem sendo feito há algum tempo, Deputado Agaciel Maia. Eu fiz um levantamento de que existe, Deputado Wasny de Roure, um projeto do Deputado Ronaldo Caiado, do Democratas, ex-presidente da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

UDR – União Democrática Ruralista –, Estado de Goiás, pelo qual ele tira o Distrito Federal do contexto do FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. O Distrito Federal ficaria fora dele, e, pela proposição dele, esse recurso iria todo para o entorno do Estado de Goiás. O Distrito Federal, do ponto de vista do Deputado Ronaldo Caiado, não precisa de desenvolvimento: aqui não há indústria, aqui não há comércio, aqui não há empresa de serviços, aqui não há banco, aqui não há nada! Isso, na cabeça dele, que deve ser uma cabeça muito complicada.

Porém, o mais lamentável que vejo, Deputado Joe Valle, é a atitude do Senador Rodrigo Rollemberg de achar que se vai resolver o problema do Entorno do Distrito Federal tirando de quem já não tem, Deputado Dr. Michel. V.Exa. sabe que o Distrito Federal hoje tem muita dificuldade para custear e manter a segurança, a educação e a saúde. O Fundo Constitucional já não mantém essas três áreas, e querer tirar 10% desse Fundo é um desserviço à população do Distrito Federal.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e conhecendo a evolução do Fundo Constitucional de Brasília – que começou com dois milhões e praticamente está chegando a dez bilhões –, creio que Brasília não tem condições de se sustentar orçamentariamente nem de pagar os servidores sem esse Fundo Constitucional.

Acho que uma proposição legislativa feita nesse sentido pode surtir um efeito de discurso político. Acredito que em todo esse cinturão do Entorno de Brasília, onde haverá campanha para vereador e para prefeito no próximo ano, esse discurso é uma grande jogada. Acho que o vereador ou o prefeito que subir no palanque e disser que esse dinheiro que hoje Brasília tem vai para aquela cidade terá um forte apelo eleitoral. Se ele começa a prometer que esse recurso de dez bilhões que Brasília tem já vai começar a diminuir, que vai migrar para aqueles municípios e estes vão se transformar, vão passar da dificuldade de infraestrutura para um paraíso, isso será um grande discurso político. Também é um bate e volta, porque dá o discurso para o vereador e para o prefeito e, ao mesmo tempo, dá o discurso para a eleição de Brasília daqui a quatro anos, porque se vai pedir que os vereadores e os prefeitos que se elegerem em cima desse discurso, desse palanque do Fundo Constitucional para Goiás, venham ajudar as pessoas que deram esse discurso a eles no Entorno.

Este é um assunto sério. Acho que as pessoas não estão levando isso a sério. Não há Estado algum que tenha 126 representações diplomáticas instaladas na sua Capital, como Brasília tem. Nós temos o Batalhão Rio Branco, que cuida especificamente de representações estrangeiras em Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Quando se quer fazer uma análise de maneira simplista, achando que o Distrito Federal, Brasília, ter esse Fundo Constitucional é um privilégio, não o é, na realidade. É uma garantia de organização, é uma garantia de segurança para a Capital do País, que simplesmente não pode partir para um sistema predatório de criação e de incentivos fiscais como os Estados conseguem fazer.

Então, quero parabenizar V.Exa. e dizer, na condição de Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que não há a mínima condição de Brasília sobreviver sem o Fundo Constitucional, estimado para 2012 em 10 bilhões de reais.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia e o incorporo ao meu pronunciamento.

Quero, Deputado Patrício, propor a V.Exa., na condição de Presidente desta Casa, que a Câmara Legislativa do Distrito Federal produza um documento mostrando a necessidade efetiva desse Fundo Constitucional. Creio, Deputado Agaciel Maia, que V.Exa., na condição de Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, poderá colaborar muito com esse documento. Já que esse projeto está nascendo do âmbito do Senado Federal, muito embora seja de iniciativa de um senador, que nós procuremos, Deputado Patrício, o Presidente do Congresso Nacional, que é um homem que sempre esteve ao lado da população do Distrito Federal, que é o Presidente Sarney, enquanto um Poder se dirigindo a outro, e pedir a ajuda dele para barrar essa proposição do Senador Rodrigo Rollemberg. Essa proposição é absurda, inaceitável! Essa proposição, Deputado Wasny de Roure, Brasília não merece.

Eu, amanhã, terei uma reunião individual com o Senador Sarney. Tenho uma audiência marcada para as 10h30min e já vou alertá-lo sobre esse assunto. Vou dizer ao presidente do Congresso Nacional, Senador Sarney, que V.Exa., Deputado Patrício – que está em sintonia, não tenho dúvidas, pela defesa que V.Exa. faz desta cidade – marcará uma audiência para o conjunto da Câmara Legislativa, os 24 Deputados irem lá, irmanados, defender Brasília.

Nós precisamos, Deputado Wasny de Roure, resolver a questão do Entorno. Ainda agora na Comissão de Segurança, a Deputada Liliane Roriz falava que nós precisamos, sim, encaminhar os problemas do Entorno, mas não é tirando de Brasília que vamos resolver os problemas do Entorno. O problema do Entorno se resolve, na minha cabeça, no meu ponto de vista, com uma agência de desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. Uma agência federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu queria parabenizar V.Exa. Esse é um debate que me toca



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

profundamente porque, ao longo dos anos, desde que o Fundo Constitucional foi sancionado – foi a última lei sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso –, é uma matéria que eu tenho acompanhado *pari passu*.

Parabenizo V.Exa. Quero, se for convidado por V.Exa. e puder integrar essa audiência, também estar presente. V.Exa. toma uma brilhante iniciativa. Eu acredito que Brasília e o povo desta cidade não ficarão silenciosos diante de uma propositura dessa envergadura. Eu tenho o maior respeito pelo Senador Rodrigo Rollemberg. Conheço a sua trajetória política. Ele é um dos homens mais idôneos desta cidade, mas, lamentavelmente, não posso concordar com essa iniciativa política.

Ontem, eu prestei atenção nas palavras do nosso Presidente, Deputado Patrício, quando ele lembrou que essa pauta, no ano passado, não foi colocada para a população do Distrito Federal; portanto, acho temerário. Eu me lembro perfeitamente, Deputado Chico Vigilante, de que José Roberto Arruda era, então, Deputado Federal quando eu promovi um debate sobre o Fundo Constitucional do Distrito Federal. Ele chegou ao pé do ouvido – é a primeira vez que eu faço público isso – e disse: “Wasny, é temerário trazer um debate desses porque isso pode só suscitar os nossos adversários, sobretudo os adversários do Fundo Constitucional de Brasília”. Eu lamento porque esse debate vai fortalecer os adversários do Fundo Constitucional de Brasília. Eu lamento profundamente, estou com V.Exa. Não abro mão e, se puder ser convidado para esta audiência, lá estarei porque a julgo da maior importância.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Para complementar o que o Deputado Wasny de Roure falou – com a sabedoria que o Deputado tem, já que foi Deputado Distrital, Secretário de Fazenda do Distrito Federal, inclusive, no Governo do Partido dos Trabalhadores, no Governo Democrático e Popular – e o que o Deputado Agaciel Maia declarou, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, eu reafirmo o que disse ontem. Eu tenho o maior respeito pelo Senador Rodrigo Rollemberg, pelo político que ele é e pelo compromisso que tem pelo Distrito Federal, mas não dá para admitir uma atitude dessas, uma atitude político-eleitoreira, porque é isso o que ele está fazendo. É uma atitude político-eleitoreira para colher votos para o seu partido no Entorno do Distrito Federal, pensando, inclusive, vamos avaliar aqui, numa eleição em 2014, como disse bem o Deputado Agaciel Maia.

É preciso que esta Casa se posicione em defesa de Brasília. Nós marcaremos essa audiência com o Senador Sarney, também com o Presidente da Câmara, Marco Maia, para que todos os Deputados possam ir à Câmara e ao Senado no mesmo dia. O cerimonial vai convidar, vai agendar a reunião, e que a gente possa lá fazer a defesa não só do DF, mas dos cidadãos do DF. Até porque, Deputado Chico



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Vigilante, é muito oportuno neste momento fazer este discurso, Deputado Wasny de Roure e Deputado Agaciel Maia, de mandar 10% para o Entorno quando sabe que a Presidente Dilma fez, nas imprensas local e nacional, uma afirmação de que o seu governo vai se dedicar à região do Entorno, inclusive colocando recursos do PAC para desenvolver a região do Entorno. Então, ele sabe muito bem, como Senador da República da Base de Governo da Presidente Dilma, que aquela região vai receber recursos do Governo Federal, vai se desenvolver, vai combater a violência, vai dar saúde, educação e gerar emprego, e aí vem com esse discurso político-eleitoreiro neste momento.

Então, nós não podemos permitir essa situação, e a Câmara Legislativa não vai se curvar nesse debate, Deputado Chico Vigilante, nem aqui, nem no Congresso Nacional, nem mesmo no Distrito Federal e nem mesmo no Entorno. V. Exa. está de parabéns em levantar novamente, como fez ontem, este tema, este debate, para que a gente possa não só debater na Câmara Legislativa e no Congresso Nacional, mas que possamos, também, chamar o movimento em Brasília, puxar o movimento da Câmara Legislativa, do povo do Distrito Federal, do povo do Entorno pela sua autonomia política, econômica e financeira aqui na Capital da República.

Parabéns, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço a intervenção de V.Exa. e a incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, além de testemunhar e estar com todas essas observações que os Deputados falaram, eu quero ir mais além. Essas pessoas têm que deixar de fazer política em cima das atitudes. Há um Deputado federal aí que, em vez de trabalhar pelo desenvolvimento do Distrito Federal, veio dizer nesta semana, também, que com a construção do nosso estádio poderia se construir milhares e milhares de escolas. Esta é outra política que o Governo do Distrito Federal tem feito. Nós não podemos colocar esse desenvolvimento que o Governo Agnelo está fazendo com o Estádio Nacional, para trazer para Brasília a Copa do Mundo, com a política educacional que está muito bem feita pelo nosso Secretário de Educação, não tem nada a ver. Aí vem dizer que poderia fazer várias escolas, também querendo colocar o povo do Distrito Federal contra as ações do Governo, e não sabe dizer o que o Governo tem feito. E vir para o Entorno e falar que vai pegar o fundo constitucional e levar para os prefeitos é muito fácil. Por que não chega lá e diz: “A minha política de desenvolvimento para o Entorno é tal e tal e tal”. E isso é função sabe de quem? É função do Senado, é função do Deputado Federal, porque eles são das áreas federais. Eles é que têm que trazer soluções para o Entorno, e a solução para o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Entorno não é querer diminuir Brasília, não é querer tirar os recursos de Brasília, porque Brasília é a mãe de todos.

Temos que enfrentar os debates, e enfrentar o debate é debater de igual para igual; 60% das pessoas que vão aos hospitais são de fora de Brasília, e nós atendemos do mesmo jeito. Todos vêm para Brasília com um sonho, e aí vem alguém que não está tão bem preparado às vezes para representar a comunidade, querer diminuir Brasília, querer tirar o recurso da nossa cidade, e nós não vamos aceitar. Essa política eleitoreira de querer ganhar o voto no ti-ti-ti, no blá-blá-blá, acabou, porque agora chegou a hora dos grandes debates.

DEPUTADO JOE VALLE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de colocar primeiro que, conhecendo o Senador Rodrigo Rollemberg como eu conheço, eu tenho certeza absoluta de que a intenção dele não foi de fazer política ou de trabalhar simplesmente por um discurso eleitoreiro. Certeza absoluta, e eu queria tranquilizar os companheiros e os colegas, isso definitivamente não aconteceu e não acontece.

Ele, como Senador da República, vê todos os problemas que enfrentamos especificamente na questão da segurança, e nós vemos o Entorno impactar isso completamente, porque a área de trabalho dessas pessoas é o Distrito Federal, especificamente uma área de concentração muito grande no Plano Piloto. Nós vemos que a maioria dessas cidades que compõem a região metropolitana envia seus pacientes que impactam definitivamente a rede de saúde do Distrito Federal. Eu tive uma oportunidade de falar com o nosso Governador, eu falei: "Governador, eu acho que tem uma saída para a Saúde do Distrito Federal; não é construir hospital, é destruir estrada", porque é um problema muito sério. A saída para Brasília passa pelo Entorno. Nós não temos como ter soluções estruturantes para a nossa cidade se não as tivermos para o Entorno, porque não temos portões nas nossas fronteiras. Somos uma região metropolitana e a maioria das cidades do Entorno são dependentes da economia, da saúde e, muitas vezes, da segurança do Distrito Federal.

Então, temos de entender isso e fazer uma discussão aprofundada para encontrarmos a solução. O nosso Governo tem a Secretaria do Entorno. A Presidente Dilma lançou o PAC do Entorno colocando recursos, como bem disse o Presidente desta Casa. Isso mostra sensibilidade e compromisso com essa região que impacta diretamente onde está o poder do Brasil, onde estão as representações políticas internacionais. Essas embaixadas, esses espaços que estão aqui – a Esplanada dos Ministérios, o Palácio da Alvorada – estão impactados por essa crescente metrópole em que se transforma Brasília além das fronteiras desse quadrilátero.

Eu acredito que o meu companheiro, Senador Rodrigo Rollemberg, ama, gosta e defende esta cidade, como todos nós. Há um questionamento do Fundo no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Congresso que não pode haver efetivamente, porque é justo que esta cidade tenha, e cada vez mais consiga, esse recurso, já que adotamos e temos de cuidar de toda essa representação brasileira aqui, além de toda a representação internacional.

Então, Deputado Chico Vigilante, eu estou aqui para juntar fileira com V.Exa., para que possamos, efetivamente, garantir que não haja nenhuma dúvida de que esse Fundo é e continuará sendo dos brasilienses, e temos de defendê-lo. Por outro lado, precisamos entender, claramente, que toda iniciativa que existir para que melhoremos a qualidade de vida no Entorno impacta-nos definitivamente e melhora a qualidade de vida do Distrito Federal.

Para terminar, agradecendo desde já o aparte, quero dizer que o Senador Rodrigo Rollemberg tem a melhor intenção quando coloca esse tipo de coisa, porque ele, como brasiliense apaixonado por esta cidade e Senador da República por ela, tem como intuito realmente defender e melhorar a qualidade de vida do Distrito Federal. Agradeço pelo aparte.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado Joe Valle, a intenção do Senador Rodrigo Rollemberg, o qual eu conheço, é infeliz. Em um primeiro momento veio o Ronaldo Caiado querendo tirar o Distrito Federal do Fundo do Centro-Oeste; está lá o projeto tramitando na Câmara. Sabemos que os parlamentares do restante do Brasil acham que somos perdulários, e não somos. Aparece agora, Deputado Dr. Michel, um Senador da República do Distrito Federal querendo tirar um dinheiro que já é nosso. Estou de acordo em se discutir a questão do Entorno, precisamos discutir essa questão, mas com uma agência de desenvolvimento para o Entorno do Distrito Federal, e não tirando dos parques recursos que temos. O Senador Rodrigo Rollemberg, neste momento, Deputado Wellington Luiz, dá discurso para os inimigos de Brasília, para aqueles que não querem o bem-estar do Distrito Federal, é isso que faz o Senador.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PSC. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado. Parabenizo-o por trazer essa discussão mais uma vez. Deputado Joe Valle, eu pensei que conhecia o Senador Rodrigo Rollemberg, mas neste momento eu o desconheço. Desculpe-me, mas este me parece um discurso eleitoreiro, lamentavelmente, oportunista. Tratar uma matéria tão importante para o povo de Brasília de forma isolada? Ele poderia muito bem ter chamado esse Parlamento para discutir e aí, sim, seria uma coisa democrática, a sociedade estaria sendo representada. Mas não foi o que fez, não foi o que ele buscou.

Ontem, Deputado Chico Vigilante, sei que isso é do conhecimento do Deputado Dr. Michel, o fórum das entidades, reunidas, da Segurança Pública conversaram com o Senador e ele foi, além de arrogante, extremamente irredutível, não dando espaço para o diálogo. Estavam lá as pessoas que representam a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

segurança pública desta cidade e merecem todo o respeito. Então, ou o Senador muda a sua postura ou tenho certeza absoluta de que sua proposta terá uma resistência muito forte deste Parlamento e da sociedade de Brasília. Se a estratégia de S.Exa. é política, na minha concepção, S.Exa. errou e errou longe.

Muito obrigado.

DEPUTADO DR. MICHEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) - Deputado Chico Vigilante, V.Exa., como sempre, traz à baila situações que sempre afligem os brasilienses. Ficamos estarecidos ao ver uma situação como essa. Eu não vou descredenciar nosso Senador Rodrigo Rollemberg, mas V.Exa. foi de uma proficiência muito grande na Comissão de Segurança quando disse que o Senador está fazendo um desserviço para a comunidade brasiliense. Eu estive fazendo uma análise perfunctória a respeito da situação, e V.Exa. tem toda a razão. Temos de discutir o Entorno, não resta dúvida! Isso aí é ponto pacífico. Temos de discutir, mas não se discute o Entorno com o Fundo Constitucional. O Fundo Constitucional é do Distrito Federal. Ontem eu disse que estávamos descobrindo um santo para cobrir outro, e V.Exa. disse que não, que estávamos descobrindo um santo todo, que estávamos descobrindo os dois santos. O Fundo Constitucional hoje não tem condições de manter nem o Distrito Federal. Como podemos retirar 10% para mandar ao Entorno? Outra coisa que quero dizer é que foi um momento muito infeliz, porque, se um Senador do Distrito Federal, eleito pelo Distrito Federal, traz à baila uma discussão sobre o Fundo Constitucional, estamos abrindo a brecha para que outros, como já fizeram o Deputado Ronaldo Caiado e outros senadores e deputados, discutam a questão do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Então, veja a situação em que nos encontramos neste momento: um Senador da República eleito pelo Distrito Federal trazendo à baila uma discussão sobre o Fundo Constitucional! O que os outros não deverão fazer, então? Vão pedir a extinção completa do Fundo Constitucional. Aí vem o nosso mestre Deputado Agaciel Maia e nos diz: "Brasília não sobrevive sem o Fundo Constitucional". E agora? Olha o imbróglio em que podemos estar entrando neste momento! Olha o imbróglio que podemos estar criando para nós mesmos com um Senador do Distrito Federal! Acho que deveríamos fazer uma discussão, mas não do Fundo Constitucional, não de um percentual do Fundo Constitucional e, sim, do que podemos fazer para ajudar a Ride, a região do Entorno. Poderia ser uma Secretaria. A Presidente Dilma Rousseff disse que vai olhar pelo Entorno. Agora, não é tirando do Fundo Constitucional, não é mexendo no Fundo Constitucional, não é abrindo uma discussão sobre o Fundo Constitucional que levaremos algum benefício para a região do Entorno.

Então, eu acho que nós, como Parlamentares do Distrito Federal, eleitos pelo povo brasiliense, não podemos perder de vista, Deputado Chico Vigilante, que,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

devemos tomar a decisão de irmos ao Congresso Nacional e, quiçá, falarmos com o Senador para que S.Exa. não apresente esse projeto e, sim, apresente outra situação de discussão a respeito do Entorno, até para que não fiquemos com essa mácula que está sobre nós do Distrito Federal, que é a retirada de 10% ao longo de 10 anos... Não interessa se é ao longo de 10 anos. Vão tirar. Vai chegar o ponto em que 10% do Fundo Constitucional vai sair em dois anos.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. foi muito feliz. Quero parabenizá-lo por essa discussão. Plagiando o Deputado Aylton Gomes, quero me ombrear com V.Exa. no que diz respeito a essa moção. Poderíamos falar com S.Exa. ou fazermos alguma coisa para não deixar o nosso Distrito Federal sofrer com esse decréscimo de 10% sobre o Fundo Constitucional.

Eu entendo a posição do nosso amigo Deputado Joe Valle, que realmente sabe da proficiência e do trabalho – nós também sabemos – do Senador Rodrigo Rollemberg. Quando S.Exa. fala em ajudar em 10%, S.Exa. está querendo chamar a atenção para a situação em que está o Entorno, mas acho que não deveríamos levantar essa lebre sobre o Fundo Constitucional, porque, ao levantarmos essa lebre, algumas cabeças com olhos grandes e barriga pequena que existem no Congresso Nacional vão querer tirar o nosso Fundo Constitucional. Tira-se 10%... Isso é que nem namoro: começa pegando na mão, depois acaba casando. Então, V.Exa. sabe que começa tirando-se os 10%; daí a pouco, tiram os 100%. Então, eu queria conclamar os meus pares que aqui estão presentes a lutarmos, com unhas e dentes, para não deixar esses 10% saírem daqui.

Quero ainda pedir permissão a V.Exa. para cumprimentar os meninos, esses jovens estudantes da Vila Basevi, de Sobradinho II, e a nossa diretora Glorinha, que está ali em cima. Eles vieram visitar a nossa Casa. Para nós, é um prazer muito grande, diretora, termos a senhora nesta Casa. Nós sabemos que só através da educação é que teremos o nosso jovem do amanhã.

O Fundo Constitucional é para a saúde, educação e segurança. V.Exas. podem ter certeza de que, ao tirarmos 10% do Fundo Constitucional, nós estamos tirando a condição de educação desses jovens que hoje estão aqui para conhecer esta Casa de Leis.

V.Exa., Deputado Chico Vigilante, está de parabéns por levantar essa lebre. Também nossa diretora do Colégio Basevi está de parabéns por trazer esses jovens para conhecerem esta Casa de Leis. Amanhã, serão eles que estarão sentados aqui como deputados do Distrito Federal.

Muito obrigado, nobre Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado pelo aparte, Deputado Dr. Michel. Incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.

(Assume a Presidência o Deputado Dr. Michel.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADO AYLTON GOMES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado, parabéns pela fala de V.Exa. Nós estamos saindo da Comissão de Segurança, da qual sou o Presidente e V.Exa. é o Vice-Presidente, com a presença do nobre Deputado Dr. Michel e a da Deputada Liliane Roriz. Já abrimos essa discussão, Deputado Agaciel Maia, de que nós temos que ter muito cuidado com as nossas ações. O Parlamento tem que estar muito atento quando toma uma atitude. Por mais que a pessoa queira trazer a ideia hoje de que S.Exa. queria suscitar uma discussão, foi muito ruim, foi uma discussão de uma forma muito errada.

Eu comungo, eu concordo com a Ride, eu defendo a Ride. Eu defendo que o Entorno precisa receber realmente do Governo Federal um zelo maior, porque, só melhorando a Ride, melhorando o Entorno, nós teremos um Distrito Federal melhor. Essa é uma das formas, e não mexendo no Fundo Constitucional.

Se o Fundo Constitucional hoje não está dando conta das responsabilidades para as quais foi criado, se o Fundo Constitucional hoje é um dos pontos que o Governo Federal está usando como desculpa para não oferecer aumentos à área de segurança, à área de saúde e à área de educação – quero parabenizar as crianças aqui presentes –, se ele ainda não está atendendo nem essas áreas, como nós vamos compartilhar esse Fundo?

Eu acredito que, com todo respeito que tenho pelo nobre Deputado, não terei dificuldade nenhuma de assinar qualquer nota na direção que V.Exa. está tomando aqui no Parlamento para deixar claro que a nossa defesa do Distrito Federal é constante, principalmente, nas áreas de saúde, educação e segurança, da qual eu faço parte. Então, parabéns a V.Exa. Conte com meu apoio, conte com a minha assinatura em qualquer documento nessa direção para dizer que nós repudiamos qualquer ato que fragilize o Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado pelo aparte, Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PDT. Sem revisão do orador) – Eu só queria sair aqui, Deputado Chico Vigilante, em defesa do meu Vice-Líder do bloco, Deputado Joe Valle, para que não reste dúvida de que essa posição do Senador Rodrigo Rollemberg é uma posição que carece ainda de algum debate.

Eu sugeriria ao Deputado Joe Valle, que não tem parte nesta proposição do Senador Rodrigo Rollemberg, que iniciasse esse debate dentro do próprio PSB, que é um partido que se preocupa com a nossa cidade. Eu creio que V.Exa. contribuirá



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

muito para nossa Brasília iniciar esse debate lá e chamar o Senador para um diálogo mais aberto.

Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Obrigado pelo aparte, Deputado Prof. Israel Batista.

Sr. Presidente, Deputado Dr. Michel, eu acho que aqui ficou absolutamente claro que o Poder Legislativo, na sua totalidade, é contra a proposição do Senador Rodrigo Rollemberg. Os 24 Deputados distritais são contra a proposição do Senador Rodrigo Rollemberg. Portanto, nós vamos ao Senado Federal conversar com o Presidente Sarney. O Presidente Patrício agendará com o Presidente da Câmara. Nós queremos que o Fundo Constitucional seja intocável e queremos evitar esses olhos gordos que ficam voltados para o Fundo Constitucional achando que isso aqui é a ilha da fantasia, porque não é.

Nós temos trabalhadores um pouco melhor remunerados, mas eles têm muita dedicação. E aí está a prova: professores vêm da Vila Basevi com seus alunos a esta Casa de Leis no dia de hoje. Quero parabenizá-los por estarem aqui, mas que também vão se engajar na defesa do Distrito Federal para que não venhamos a perder os 10% que o Senador Rodrigo Rollemberg quer tirar do Fundo Constitucional. Deputada Rejane Pitanga, se já está difícil manter a situação com o Fundo na sua integralidade, imagine tirando dali 10%. Aí é que vai ficar mais difícil ainda.

Mas o que me alenta, Deputado Dr. Michel, é que está todo mundo contra, todos nós estamos contra essa iniciativa porque ela não é importante para o Distrito Federal. Vamos discutir em outra oportunidade, em outro momento, as iniciativas que o Governo Federal está tomando com relação ao Entorno do Distrito Federal, que também dizem respeito a todos nós.

Portanto, quero dizer na tarde de hoje que me conforta saber que o Poder Legislativo na sua totalidade é contra essa iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg. Fica aqui o meu abraço, o meu cumprimento a todos aqueles que me apartearam. Com certeza o conjunto de Deputados e Deputadas desta Casa é contra essa iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg.

Encerrando meu pronunciamento a respeito desse assunto, Sr. Presidente, temos hoje na galeria também os fiscais e os auditores tributários. Vamos realizar na próxima semana, Deputado Wasny de Roure, uma comissão geral nesta Casa para debater esse projeto. Não vamos votar esse projeto sem um debate geral com vocês. Não vamos votar esse projeto sem ter uma discussão prévia com todos vocês. Somos pessoas adultas, somos pessoas inteligentes, somos Parlamentares, e é do fundo do debate que saem os consensos. Portanto, vamos debater com vocês. Ninguém vai votar projeto aqui no afogadilho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Como V.Exa. já falou da audiência pública, o dia propício seria 13 de outubro. O que V.Exa. acha? V.Exa. que é o proponente já poderia colocar essa questão para que pudéssemos fazê-la no dia 13 de outubro.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ótimo. Vou combinar com o nosso Líder do Governo e vamos realizá-la.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Só para contribuir com V.Exa., poderíamos muito bem levar ao nosso Senador... Estão todos brigando pelos *royalties* do pré-sal. Então, vamos entrar também na briga pelos *royalties* do pré-sal para ajudar o Entorno. Vejam que boa ideia nós tínhamos: em vez de mexer no Fundo Constitucional, já que o petróleo é nosso, nós fazemos parte do Brasil, por que não entrarmos também nessa briga do pré-sal para poder ajudar o Entorno?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – V.Exa. tem razão.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Dr. Michel, quero saudar, antes da questão de ordem, a galeria, especialmente o debate proposto pelo Deputado Chico Vigilante, que vimos propondo há muito tempo.

Quero dizer que se avizinha — tenho a impressão de que o Deputado Wasny de Roure vai falar deste tema — o grande debate da Conferência das Cidades. Temos por isso aqui entre nós, como é prática do Governo, prática do Secretário Magela, o Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação — seja bem-vindo, Deputado Magela — exatamente para fazer esse debate com todos os companheiros, com nosso Líder do Bloco, Deputado Chico Vigilante, com nosso Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure, e com todos os demais colegas.

Sr. Presidente, solicitei a questão de ordem na verdade para fazer menção à proposta que o Secretário Wilmar fez ao Sindetrans ainda na tarde de ontem. Essa proposta será apresentada — recebi comunicação do Presidente do Sindetrans, o Eider — amanhã de manhã em uma assembleia. A diretoria do sindicato está fazendo um estudo sobre a matéria e nós temos esperança de chegar a bom termo, Sr. Presidente.

De maneira que eu quero fazer um apelo ao Secretário Wilmar, que tem sensibilidade política, dentro do que é possível, dentro do que é legítimo, sem fazer promessas vãs, sem prometer, sem subscrever aquilo que não pode cumprir, dentro da nossa realidade orçamentária, que atenda esses bravos trabalhadores e trabalhadoras do Detran.

Amanhã de manhã será feito o debate em assembleia acerca da proposta apresentada ontem à tarde pelo Secretário Wilmar, clamada aqui por nós, pelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Deputado Wellington Luiz, pelo Deputado Chico Vigilante. Vários colegas Parlamentares clamaram por essa proposta ainda na semana passada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Queremos anunciar a presença em plenário do Secretário de Habitação, Deputado Geraldo Magela. É um privilégio recebê-lo nesta Casa de Leis. Fique à vontade, pois esta Casa é de V.Exa.

(Assume a Presidência o Deputado Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (Bloco Avanço Democrático. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, galeria, todos os que nos visitam nesta tarde, a minha fala hoje nos Comunicados de Líderes é sobre o Projeto de Lei nº 559, de 2011, que reestrutura a carreira de auditoria.

O que percebemos, Sr. Presidente, é que a forma como o projeto chegou a esta Casa tem falhas, porque não tem um parecer da Procuradoria. Nós temos uma legislação que fala exatamente sobre esse parecer da Procuradoria. Quase todos os projetos que esta Casa vota vêm com o parecer da Procuradoria, definindo o que pode acontecer ou não, o que a Procuradoria realmente encaminha.

A LC nº 395, de 2011, no art. 4º, inciso V, exige um parecer da Procuradoria nos projetos do Executivo. A Deputada Celina Leão, aqui, não está inventando nada. O parecer da Procuradoria de 2009 foi contra a criação do novo cargo frente à transposição e aproveitamento de carreiras. O que nós estamos falando aqui é de ferir algo que é conquista de servidor público que tem uma carreira.

Esta Casa de Leis não pode aceitar tudo que vem do Executivo, porque vem pronto. Não temos que aceitar, até porque há irregularidade dentro do projeto. Realmente, esperamos que o parecer venha, até porque há uma decisão judicial por votação unânime à Lei Distrital nº 2.594, que fazia transposição de cargos. Ela teve uma decisão judicial unânime. Eu queria citar, inclusive, a Moção nº 588, de 2010, do Deputado Paulo Tadeu, que hoje está no Executivo e age de forma diferente.

O que eu queria comunicar aqui nesta tarde é que nós estamos entrando com um mandado de segurança parlamentar na Justiça para, realmente, garantir os direitos dos trabalhadores que estão defendendo a carreira. Estamos entrando com esse mandado de segurança parlamentar, até porque há erros de procedimentos. Eu acredito que compete a cada Parlamentar que quiser atuar. O nosso gabinete entendeu que é por bem garantir direitos e apontar as falhas que são grotescas, que vieram junto com esse projeto. Há vários Parlamentares que sabemos que apoiam. Quem quiser pode assinar conosco. Estamos protocolando, hoje, até as 18 horas, na Justiça, para que tenhamos os direitos dos trabalhadores realmente garantidos e não uma versão eleitoral também – não deixa de ser eleitoral – para prestigiar... Fui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

chamada por alguns jovens que são concurseiros, que estão estudando para concurso, e isso é uma agressão também a quem quer ingressar no serviço público, que está estudando.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho nobre a iniciativa da Deputada Celina Leão, mas penso que, antes de entrar na Justiça, Deputada Celina Leão, esta Casa podia se manifestar. Não se sabe nem se o projeto vai ser aprovado. Antes de entrar na Justiça, podemos primeiro estudar o assunto, como foi proposto pelo Deputado Chico Vigilante, senão vai ficar parecendo que a existência desta Casa não é necessária. Se em tudo, aqui, nós formos recorrer à Justiça, para que existe o Poder Legislativo? Então, seria uma coisa do Governo, do Executivo com a Justiça.

Sou servidor concursado, com o maior orgulho, e mais dezesseis Parlamentares desta Casa também. Acho que tem de se fazer um trabalho a esse respeito. Conversei com os dois lados, tenho acompanhado esse trabalho desde a legislatura passada e vou dizer: não sou a favor de transposição nenhuma, mas entendo que o projeto não traz transposição. Entendo que o projeto está tentando otimizar a ação, e eu não votaria a favor de transposição. Posso dizer que, na categoria da qual sou oriundo, houve um projeto bastante semelhante a esse, em que havia também algumas divisões, por questões de formação, de nível superior. Há atribuições que quem não está especializado ou com as condições para ter não poderá ter. Não é por um projeto que isso vai ser alterado, porque não se pode mudar atribuição de concurso.

Gosto da ideia do Deputado Chico Vigilante; já conversei com a Deputada Liliane Roriz, que é Presidente da Comissão de Assuntos Social, afeta ao mérito dessa questão, e, antes de nos posicionarmos, antes de sabermos se vamos aprovar ou não o projeto, não há por que entrar com mandato na Justiça. Para que serve a Câmara Legislativa? A Justiça já tem tanto problema para resolver! Depois, se o projeto passar ou não, o lado que se achar injustiçado, ou não atendido, ou não contemplado que faça o seu recurso! Mas, antes de esta Casa tomar uma decisão – desculpem-me –, acho que esse mandato desmereceria o trabalho que todos fazemos aqui.

Solidarizo-me com o Deputado Chico Vigilante para fazer esta audiência pública com a presença do Secretário de Fazenda e dos dois lados interessados a fim de que todos possam dar a sua contribuição e possamos chegar a um denominador



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

que contemple não o desejo de um ou de outro, mas a sociedade do Distrito Federal, toda a população.

O trabalho que eles fazem para o Governo do Distrito Federal é muito importante. É o trabalho das duas categorias, que estão numa só, que garante todo investimento para obra, todo o trabalho que é feito. O trabalho de vocês é muito importante para o Estado. É preciso que isso seja bem discutido, que todos possam falar, para, efetivamente, chegarmos a um denominador comum.

Externo aqui, à Deputada Celina Leão, essa minha preocupação e digo que concordamos em fazer uma audiência pública. Esta Casa está aqui para isto, para debater todos os projetos e, se houver problema, para melhorá-los, a fim de que eles sejam aprovados para o bem da sociedade.

Obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia acabado de anunciar da tribuna – estava presidindo a sessão o Deputado Dr. Michel – a ideia de fazermos uma comissão geral para debatermos esse projeto, mas acabei de conversar com a Deputada Liliane Roriz, que é presidente da comissão de mérito desse assunto – portanto, a Deputada é a autoridade máxima neste momento, e S.Exa. se comprometeu conosco. Então, realizaremos esta comissão geral e, naturalmente, contaremos com a ajuda de V.Exa. e de todos os Deputados para que ela seja convocada pela Comissão de Assuntos Sociais, a fim de debatermos o assunto chamando os dois sindicatos, especialistas e o Secretário de Fazenda, chamando todo mundo. É isso que acabo de acertar com a Deputada Liliane Roriz.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência informa aos Deputados que todos terão o direito de usar da palavra. A Mesa não irá cercear o direito de ninguém. Solicito apenas um pouco de calma.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer à galeria que, antes de nos manifestarmos contra ou a favor, deveríamos entrar no debate de que estamos falando aqui. Por quê? Porque, nesse debate, poderemos chegar a um denominador comum, que é as duas partes entrarem em um comum acordo. Acho que o debate é o meio mais viável que temos para resolver a questão.

Depois que eu falar, vocês podem vaiar, podem fazer o que quiserem. Estou exercendo um direito de mandato que pode ajudar vocês também. Acho que o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

problema não passa por aí. O problema maior que temos aqui é debatermos, discutirmos o assunto. Dessa forma, chegarmos a um denominador comum, em que as duas partes serão contempladas. Aqui, não podemos ser juízes para dizer que iremos descontentar as duas partes ou contentar uma parte e a outra, não. Temos um papel preponderante, que é trazer um bem comum a todos. Nesta comissão geral que realizaremos, quero deixar claro que cada parte terá voz ativa e poderá falar. Já percebi há alguns que ficam indignados, mas é por meio do discurso, de uma conversa franca entre cada um dos envolvidos que o problema pode ser resolvido. Se quisermos impor as coisas pela força, por quem grita mais ou por quem bate palma mais forte, não chegaremos a lugar nenhum. A discussão aqui é para os senhores. Os senhores é que irão dizer por que sim e por que não.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. foi muito feliz quando chamou uma comissão geral para entendermos a posição de cada um. Eu sou leigo nesse assunto. Como posso decidir sem ter conhecimento? Os senhores é que têm de trazer o conhecimento, para que possamos ir à discussão. A minha proposição é a de que todos os Deputados que irão votar participem dessa discussão e os senhores nos colocam os prós e os contras, os acertos e os erros, para que possamos decidir.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência gostaria de orientar os Deputados a entrar na questão de ordem, pois isso está virando debate.

Eu gostaria também de dizer à galeria de que aqui é a Casa do povo, é o Parlamento, mas, enquanto o Deputado estiver fazendo uso da palavra, esta Presidência não aceitará nenhum tipo de manifestação da galeria. Quando o Deputado terminar de fazer uso da palavra, a galeria poderá se manifestar, da mesma forma como ocorre na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Esta Casa tem o seu Regimento Interno, temos que respeitar a Lei Orgânica, estamos em um Estado Democrático de Direito e todos os direitos serão garantidos a todas as pessoas, aos Parlamentares, aos servidores, a qualquer cidadão comum. Temos que manter a ordem dos trabalhos.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a nossa ação é um direito que pode ser questionado por vários Parlamentares, como foi questionado pelo Deputado Rôney Nemer. Nos primeiros 6 meses nesta Casa, o que pude perceber foi que, quando o Governo quer, ele vota com o rolo compressor.

O mandado de segurança parlamentar é pela falta de um documento no processo. Isso não significa que não iremos votar. É uma forma de assegurar que esta Casa realmente entre no debate. Eu não estava no plenário quando o Deputado Chico Vigilante comunicou uma possível audiência pública, e acho que a democracia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

é construída como está sendo aqui no plenário, onde tem gente que é contra e gente que é a favor. O mandato de segurança parlamentar é um direito meu, como Parlamentar, até porque, Deputado Rôney Nemer, quando se tem uma oposição muito pequena, como aqui na Câmara, muitas vezes recorremos à Justiça e há grandes benefícios, como tive na questão dos diretores de escola.

Então, Sr. Presidente, não é sobre o mérito! Até porque eu acho que esta Casa tem de discutir sobre a forma. Falta um parecer da Procuradoria! Se o parecer vier da Procuradoria, e sou capaz de recuar, entraremos em negociação, sim, porque nós vivemos em um país democrático. Eu sou muito mulher para falar e sentar em uma mesa de negociação. Agora, com rolo compressor, da forma como acontece, sem negociação, e muitas vezes fui testemunha nesta Casa, eu não vou deixar e usarei todas as minhas prerrogativas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Todo Deputado tem o direito de tomar posicionamentos, seja a favor ou contra, em qualquer projeto; pode entrar na Justiça, não entrar na Justiça, também é um direito. Agora, o parecer da Procuradoria, Deputada Celina Leão, também não influencia em nada a votação nesta Casa. Quem vai se posicionar em razão da inconstitucionalidade ou da constitucionalidade é a Procuradoria da Câmara Legislativa.

O que estou entendendo aqui é que todos os Parlamentares, cada um tem o seu posicionamento, e é legítimo; e também pode mudar de opinião depois de amplo debate. Então, que a gente promova no dia 13 outubro, quinta-feira, às 15 horas, uma comissão geral. Dará tempo, inclusive, de todas as categorias se organizarem, bem como de os Parlamentares e o Governo também participarem. Poderemos então debater esse projeto, essa situação e chegar a um entendimento. É claro que vai prevalecer o benefício da sociedade do Distrito Federal.

Pergunto se todos os Deputados estão de acordo com a data, 13 de outubro. (Pausa.)

Então, dia 13 de outubro, quinta-feira, 15 horas, comissão geral.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou participar ativamente do debate de mérito e, nesse particular, concordo imensamente com o Deputado Chico Vigilante, com a Deputada Liliane Roriz, e com todos colegas que estão a favor. Agora, *ad cautelam*, como habitualmente a gente diz na CCJ, nós pedimos *opinio* a respeito do tema à Procuradoria Geral desta Casa, ontem. Ainda ontem, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, eu enviei ofício à Procuradoria Geral da Casa Legislativa, à Unidade de Constituição e Justiça da Casa Legislativa, à Consultoria Legislativa do GDF e à Procuradoria Geral do GDF, acerca da constitucionalidade do tema que será o debate que faremos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Muito obrigado.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, apenas para não criar polêmica, de dizer à Deputada Celina Leão que estou no meu terceiro mandato. “Passar o rodo” eu vi acontecer em dois mandatos, mas, neste mandato, o governo, nenhuma vez, obrigou nada. Muito pelo contrário, nós só votamos, aqui, no consenso. Porque todas as vezes que a Liderança do Bloco de V.Exa. não concordou com o assunto, nós não colocamos em pauta.

E o Deputado Wasny de Roure, na reunião de Líderes de ontem, Líder do Governo, disse que não votaria esta semana e, na semana que vem, faria um estudo – isso foi dito ontem na reunião de Líderes. Então, dizer que o governo quando quer passa um “rolo compressor”, desculpe-me, porque nesta Legislatura eu não vi isso acontecer nenhuma vez. Nenhuma vez foi atropelado, sempre de acordo entre o Bloco de Oposição e os Blocos que fazem parte da Base de Governo, até porque nós mesmos, que fazemos parte da Base do Governo, algumas vezes optamos por não votar, vocês viram pela imprensa.

Agora, é legítimo discutir, eu concordo, V.Exa. está no seu direito, Deputada Celina Leão. Mas fico preocupado porque nós mesmos dizemos assim: a Justiça é muito importante, mas enquanto o assunto está sendo tratado nesta Casa, como disse o Presidente, constitucionalidade, juridicidade, legalidade, mérito, é o Poder Legislativo que o faz; depois, se houver discordância, que se use o Judiciário para isso.

Era o que eu tinha a dizer.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senti-me na obrigação de vir aqui e dizer a V.Exa. isso. Quero referir-me à Deputada Celina Leão, a quem respeito muito e que tem trazido debates muito profícuos a esta Casa.

Eu passei aqui, Sr. Presidente – V.Exa. quatro anos conosco –, oito anos na Oposição e vi o rolo compressor nesta Casa, hipótese em que não se debatia, não se discutia, não havia audiência pública, não havia debate técnico, não havia nada. Nesse mandato, eu tenho visto efetivamente debate e naqueles últimos projetos do final de junho, eu me lembro de que fui o primeiro — eu que apoio o Governo e ajudei a eleger o Governador Agnelo, e acredito nele. E apoio incondicional, só à minha filha Rafaela.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Eu debato todos os temas com fundamento, nunca vi aqui algo em que não se respeitasse efetivamente o posicionamento da Oposição. E estou pronto, na primeira vez que assim houver — se em algum momento assim houver. O Estado de Direito não funciona sem isso. Não há como fazer um debate profícuo sem que todos os lados possam manifestar-se.

Eu fico à disposição da Deputada Celina Leão, de todos os colegas e de todas as colegas no exato momento em que isso houver, seja no interesse de quem for. Eu serei o primeiro, Presidente — pelo menos desse microfone, com as poucas armas que tenho — a utilizar os instrumentos para não deixar isso acontecer.

Obrigado, Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de “publicizar” o entendimento das Lideranças quanto à pauta dos projetos a serem apreciados no dia de hoje. O Projeto de Lei nº 485, de 2011; o Projeto de Lei 508, de 2011; o Projeto de Lei nº 511, de 2011; o Projeto de Lei nº 506, de 2011 — todos já apreciados na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças —, e o Projeto de Lei nº 568, de 2011, o qual, Sr. Presidente, o Deputado Agaciel Maia também tem a disposição de apresentar a relatoria. Trata-se do pagamento dos servidores públicos. É um projeto na ordem de R\$ 500 milhões necessários para a folha de pagamento do mês de setembro.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Certo, Deputado Wasny de Roure. Consulto os Líderes se há acordo nos itens colocados pelo Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure, para serem incluídos extrapauta para votação.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa. que nominasse cada um dos projetos que o Líder falou agora para fazermos a conferência.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – É o Projeto de Lei nº 485, de 2011, de R\$ 13,8 milhões; o Projeto de Lei nº 508, de 2011, de R\$ 80 milhões; o Projeto de Lei nº 511, de 2011, de R\$ 940 mil; o Projeto de Lei nº 506, de 2011, de R\$ 100 mil e o Projeto de Lei nº 568, de 2011, de R\$ 500 milhões, que é para pagamento de pessoal da Secretaria de Justiça, da Secretaria de Educação e da Emater.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, da parte do Bloco Avanço Democrático, nós concordamos com o Projeto de Lei nº 485, de 2011; com o Projeto de Lei nº 508, de 2011; com o Projeto de Lei nº 511, de 2011; e com o Projeto de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Lei nº 506, de 2011. Porque os quatro já passaram pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Com relação ao Projeto de Lei nº 568, de 2011, estamos terminando de fazer a análise. Eu pediria a V.Exa. que ele ficasse para vermos um pouquinho mais à frente a inclusão deste item.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Certo, então vamos ver se conseguimos entrar em um acordo para ficar mais à frente ou votar amanhã.

Passa-se aos

#### Comunicados de Parlamentares

Concedo a palavra à Deputada Rejane Pitanga.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa-tarde a todos os presentes. Eu queria me solidarizar com os companheiros que estão na galeria. Eu acho que o debate que aconteceu é extremamente salutar e traz para o Plenário o debate de mérito da questão.

Nós queremos fazer, até porque queremos votar com uma posição de conhecimento realmente do conteúdo da questão, mas tenho certeza de que seremos justos na nossa posição em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Eu queria, Sr. Presidente, ressaltar que, amanhã, às 10h, os professores realizarão um ato público na Praça do Buriti com alguns pontos extremamente importantes da campanha salarial que, em parte, vai estar sendo contemplada com a entrega a esta Casa do projeto sobre a gestão democrática do sistema público de ensino e mais alguns itens, como concurso público.

Há também dois itens extremamente importantes, além desses outros a que eu já me referi. Um deles é a reestruturação da carreira dos professores. Houve um acordo no início deste ano de o projeto ser mandado à Câmara Legislativa até o final de setembro. Essa questão, para a nossa carreira, é da maior importância, até porque se tem uma categoria que foi massacrada ao longo desses doze últimos anos é a dos profissionais da educação. Existe um abismo salarial que separa os professores das demais categorias de nível superior do Distrito Federal, e a reivindicação dessa importante categoria é a isonomia salarial com as demais carreiras de nível superior do Distrito Federal. Tentamos perseguir a isonomia com a carreira médica. Portanto, vai ser uma responsabilidade desta Casa discutir e aprovar o projeto de reestruturação da carreira dos professores. Isso nos dará uma vitória importante numa categoria que foi tão desprestigiada nos últimos anos.

Nós tivemos agora no início do ano o repasse do reajuste do Fundo Constitucional, que foi uma conquista dos professores com muita luta durante o Governo Arruda. Tivemos que, inclusive, fazer uma greve de 16 dias para que o governo cumprisse uma lei que foi aprovada e sancionada pelo ex-Governador



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Arruda, e garantimos assim o repasse do Fundo Constitucional. Mas queremos trabalhar no sentido de valorização da educação, e não se valoriza uma profissão se não houver também valorização do ponto de vista salarial e condições de trabalho.

Eu queria também me referir a uma reivindicação do conjunto dos servidores públicos do Distrito Federal – que está na pauta, inclusive, amanhã, do ato dos professores, que promete ser um ato de massa como é sempre o movimento dessa categoria – que é o plano de saúde dos servidores do Distrito Federal. Inclusive, está colocado no PPA e é uma reivindicação que já dura 10 anos. Dr. Michel, são 10 anos lutando por um plano de saúde. E não é uma reivindicação apenas dos profissionais da educação, é uma reivindicação de todos os servidores públicos do Distrito Federal. O compromisso do Governo Agnelo é a implantação do plano de saúde a partir de janeiro de 2012. Eu não tenho dúvida de que será o maior plano de saúde do Brasil, até pelo número de servidores e o número de dependentes.

Eu tive a oportunidade, enquanto estava à frente da Central Única dos Trabalhadores, de iniciar o debate, a elaboração dessa discussão que resultou na aprovação de um projeto na Câmara. Mas eu queria chamar a atenção dos meus colegas Parlamentares e das minhas colegas Parlamentares sobre o quanto é importante estarmos todos juntos para garantir a aprovação dessa conquista. Isso vai ser muito importante para os servidores do Distrito Federal. Temos a clareza de que isso vai desafogar sobremaneira a saúde pública, o SUS, vai desafogar e muito. Vai ajudar e muito a recuperar o acesso do restante da população do Distrito Federal aos hospitais públicos e vai dar uma grande vitória aos servidores. Nós não temos dúvidas de que o ideal seria sermos atendidos apenas pela saúde pública, temos a defesa do SUS como uma prioridade zero, até porque lutamos muito para garantir o SUS na Constituição de 88, e ele é hoje um dos sistemas mais avançados e democráticos do mundo, em que pese todos os problemas que temos pelo nosso País afora. E aí não é um problema da legislação do SUS, mas é outro tipo de problema e não entrarei na questão do mérito.

Termino ressaltando a importância, pedindo a solidariedade dos meus Pares à luta dos professores e à luta também dos demais profissionais de educação, que são os funcionários de escola que também estão na luta pela incorporação da GATA e que são fundamentais no fortalecimento da educação pública de qualidade e no fortalecimento da escola pública no Distrito Federal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Rejane Pitanga.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria aos colegas, caso haja concordância, para entrarmos direto na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

pauta de votação – eu inclusive estou inscrito –, porque facilitaria e nos daria agilidade, já que estou sabendo que alguns colegas têm uma agenda com compromissos logo mais. É uma pauta extremamente importante porque, inclusive, viabiliza o pagamento do salário do mês de setembro dos servidores públicos.

Eu peço a compreensão dos colegas Parlamentares, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Consulto os Parlamentares se há acordo.

A Deputada Eliana Pedrosa, o Deputado Cláudio Abrantes, o Deputado Rôney Nemer, o Deputado Prof. Israel Batista, Deputado Aylton Gomes não concordam.

Portanto, daremos continuidade aos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu realmente entendia que tínhamos condições de entrar na pauta da Ordem do Dia, até porque, com relação a essa questão dos salários dos servidores, tenho absoluta compreensão de que é matéria consensuada nesta Casa. Não obstante, creio que a palavra é o grande recurso dos Parlamentares e temos que respeitá-los.

Sr. Presidente, trago aqui a minha manifestação e quero reproduzi-la na forma de uma moção, em que esta Casa deve externar o seu apoio à Presidenta Corregedora do Conselho Nacional de Justiça. Neste momento, aquilo que foi um avanço na Constituição Brasileira, quando se fez a PEC da reforma do Judiciário, criando o Conselho Nacional de Justiça, hoje, torna-se uma matéria questionada até mesmo em nível de Supremo Tribunal Federal, uma vez que o Conselho Nacional de Justiça tem, sim, Sr. Presidente, enfrentado aquilo que o Supremo não teve a capacidade política de enfrentar: a prática perniciosa dentro do Judiciário.

Portanto, esta Casa deve se posicionar ao lado da defesa do Conselho Nacional de Justiça. Chega dos abusos que muitas vezes ocorrem no Poder Executivo, no Poder Legislativo e no próprio Poder Judiciário, que fica, simplesmente, à revelia dos seus próprios donos da gestão e responsáveis por ela mesma, julga-se a si próprio, não são julgados pela sociedade. É extremamente importante a vitalidade, o poder do Conselho Nacional de Justiça para que ele, sim, possa ser uma voz da população dentro do Judiciário, o único poder que não quer ser questionado, o único poder em que as suas decisões não podem ter qualquer dúvida levantada. Portanto, é, sim, necessária a retomada da população brasileira em defesa do Conselho Nacional de Justiça.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, na qualidade de Líder do Governo nesta Casa, quero trazer aos senhores Deputados que temos para o próximo ano um projeto da maior importância, e quero chamar a atenção, principalmente, do Deputado Washington Mesquita, que é o nosso Presidente da Comissão de Educação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

e Saúde, porque a Secretaria de Saúde pretende realizar um convênio com o Ministério da Saúde para que todos os centros de saúde que não foram beneficiados pelas suas respectivas e necessárias reformas possam ser contemplados nesse convênio, e, conseqüentemente, o Governo Federal possa viabilizar esse projeto para Brasília e para a nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Pares, na verdade, eu queria fazer uma cobrança. Eu pedi a palavra nos Comunicados de Parlamentares para dizer que a minha equipe... Sobre a revisão do PDOT - Plano Diretor de Ordenamento Territorial, ontem terminou o prazo para apresentação de emendas na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Nenhuma emenda foi apresentada. Era isso que eu queria falar quando percebi que tinha encerrado a reunião da Comissão. Mas o mais importante, Sr. Presidente, é que estamos precisando de dezoito mapas. A Comissão já solicitou à Mesa Diretora, mas a Casa ainda não se manifestou. Para dar continuidade ao trabalho da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo para análise do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, nós temos que fazer a elaboração dos mapas. São dezoito mapas coloridos. Por quê? Porque nós fizemos um comparativo, para apresentar aos nobres Pares, entre o que era o PDOT que foi aprovado, as inconstitucionalidades encontradas pela Justiça e o PDOT que chegou a esta Casa, até para subsidiar todas as votações sobre a questão do mérito. Então, eu gostaria de pedir à Mesa Diretora que autorize a impressão dos mapas, pois a Comissão não tem recurso. A Mesa Diretora que é a todo-poderosa. Eu preciso de uma ordem para imprimir os mapas, pois aqui não há máquinas para isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Rôney Nemer, V.Exa. pode procurar o Fernando, que está na função de Secretário-Geral, para que providencie a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

confeção dos mapas, a fim de que V.Exa. e os Deputados tenham condições de trabalhar.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Muito obrigado, Sr. Presidente. Era isso o que eu gostaria de falar.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando o assunto levantado pelo Deputado Rôney Nemer, visto que o PDOT tem a Comissão de Assuntos Fundiários como comissão de mérito, nós da CAF também encaminhamos um pedido no sentido de obter equipamentos para a Comissão, que gostaríamos também que fosse avaliado, haja vista que a questão fundiária será discutida na Comissão de Assuntos Fundiários. Portanto, nós gostaríamos que esse ofício, que já foi encaminhado a V.Exa., fosse analisado e contemplado, pois há pedido de *scanner*, impressora colorida, uma série de questões que gostaríamos que V.Exa. avaliasse por via da CAF.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Cláudio Abrantes, pode ficar tranquilo que todas as condições para o desenvolvimento do trabalho serão concedidas pela Mesa Diretora.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de me justificar, pois V.Exa. fez a chamada do meu nome, mas eu estava dando uma entrevista, mais uma.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Com certeza V.Exa. fará uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um convite a todos os Deputados, meus colegas, para estarem presentes na comissão geral que acontecerá amanhã para debatermos a violência no trânsito do Distrito Federal.

Eu gostaria de convidar também os jornalistas que estão presentes para comparecerem amanhã, quinta-feira. Nós estamos chamando pessoas que conhecem a questão da violência no trânsito do Distrito Federal.

A partir de amanhã, quem sabe, teremos um documento para apresentar à sociedade para melhorar o trânsito no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, galeria, pessoal da imprensa, venho aqui manifestar o meu grau de perplexidade: a que nível estamos chegando com a política no Distrito Federal?

Hoje eu fui tema de uma página inteira do caderno Cidades do *Correio Braziliense*, tratando de uma doença minha como se eu houvesse extrapolado o meu direito.

Os meus olhos são um instrumento fundamental do meu trabalho. Analiso e leio projetos todos os dias. Não busquei ter um problema de catarata. Ontem, um jornalista me perguntou há quanto tempo eu tinha catarata, para saber se a cirurgia deveria ter sido feita: “A senhora tinha, realmente, que fazer uma cirurgia de catarata?” Mais ou menos isso, não falou com essas palavras. Tive que fazer uma cirurgia de catarata. Procurei um bom profissional, um profissional que está à disposição de qualquer um para dizer qual era a minha indicação médica.

Pago há nove anos o Fascal. Atualmente são R\$ 600,00 (seiscentos reais) de descontos mensais no meu contracheque. Computando, sem correção, já paguei cerca de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) ao Fascal.

A lente recomendada pelo meu médico e rejeitada pelo analista, que não me chamou para fazer uma consulta para verificar qual era efetivamente o meu problema, custava R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais). A lente indicada pelo médico, R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). Estamos falando de uma diferença de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Ao longo da minha vida, eu nunca abri mão do meu direito, e estou falando do meu direito de consumidora. Existe uma lei para isso. Todos os dias, lemos nos jornais as pessoas indo atrás dos seus direitos com relação aos planos de saúde. Acho que temos direito de entrar com ações em qualquer âmbito do direito do consumidor, já que a lei nos dá essa faculdade, ainda mais numa questão de saúde.

Dirigi-me, como há uma resolução na Câmara, à Mesa Diretora, pedindo que fizesse uma análise mais profunda do meu caso. Foi-me pedida uma explicação mais detalhada do médico, que apresentei à Casa. E a Mesa Diretora, respaldada num projeto de resolução que não foi votado por ela, não foi votado sequer nesta legislatura, concedeu-me o direito de uma visão de qualidade.

Eu fico triste em viver numa cidade em que, às vezes para constranger a Oposição, às vezes porque ontem apresentei algumas emendas que desagradaram o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Secretário Paulo Tadeu ou porque ontem entrou um projeto de *impeachment* do Governador Agnelo nesta Casa, por causa de uma cirurgia que fiz no final do mês de maio, hoje fui motivo de capa do caderno Cidades, fui motivo de uma fala que me considerou como bandida, no Claudio Humberto. Mas se acham que me constrangeram, muito pelo contrário: fortaleceram-me. Fortaleceram-me porque a minha luta não ocorre no nível por baixo, não ocorre com ataques às pessoas nos seus direitos. E fico pensando: se eu tivesse uma daquelas doenças que normalmente a sociedade discrimina, Deputado Olair Francisco? E se eu tivesse AIDS? Será que eu teria direito a tratamento? Será que eu seria página? Eu fico pensando nisso.

Eu estou realmente, absolutamente, perplexa de como o poder econômico às vezes tira um profissional da sua capacidade de olhar um ser humano no seu momento mais difícil, que é o momento da dor, do sofrimento que é o momento em que você busca ter o mínimo de qualidade de vida para poder trabalhar.

Eu passei quatro meses muito difíceis. Muito difíceis! Todos os amigos aqui da Câmara puderam acompanhar como foi difícil para mim, uma pessoa que gosta de ler, de acompanhar os processos, ter dificuldade com a leitura, para hoje abrir um jornal e verificar que a minha doença é a minha culpa. Porém, saio feliz por mostrar a todo Distrito Federal a que nível nós podemos chegar, a que nível nós estamos tratando a política do Distrito Federal.

Eu convivi muito, tive um relacionamento muito próximo politicamente do Governador Agnelo. Fui sua eleitora algumas vezes. Sempre tive por ele admiração. Eu tenho certeza de que algumas coisas que estão acontecendo de descaminhos não devem ser do seu conhecimento. Mas eu faço um apelo ao Governador Agnelo para que ele perceba a que nível ele está jogando a política, porque o telhado maior é o dele.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Antes de passar aos Deputados que estão solicitando a palavra, eu gostaria de dizer a V.Exa., Deputada Eliana Pedrosa, que, quando V.Exa. requisitou à Mesa Diretora e à Presidência desta Casa a lente – justamente para garantir o direito de continuar enxergando bem e lendo, que é um direito de qualquer cidadão, de qualquer Deputado e qualquer servidor – nós não relutamos na reunião da Mesa em nenhum momento, e os cinco membros da Mesa assinaram por unanimidade autorização para V.Exa. utilizar a lente.

Esta Casa, esta Mesa Diretora, em nenhum momento, recuará em função de pressão de nenhum segmento da sociedade. Eu já disse isto outras vezes aqui: seja do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público ou mesmo da imprensa, o que a Mesa tiver que assumir de responsabilidade, ela assumirá. Se qualquer servidor da Câmara tiver também necessidade e apresentar recurso à Mesa Diretora, com certeza ela decidirá pelo acatamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

A Mesa não negou isso para nenhum servidor, nem para o servidor que foi até o *Correio Braziliense* fazer a denúncia, Deputada Eliana Pedrosa, nem para o servidor que foi lá. A Casa, os Deputados e esta Mesa – que tem o mandato até 31 de dezembro de 2012 – não se curvarão aos servidores que ficam o tempo inteiro denegrindo a imagem da Câmara Legislativa. Não vão! A Mesa não vai recuar! Se o servidor bem pensasse, em vez de fazer essa denúncia ao *Correio Braziliense* para que essa matéria contra V.Exa. saísse hoje, ele faria era divulgar para os jornais a economia que a Câmara fez abaixando o índice para 1,44, como nunca foi feito na história; e mesmo assim ela garantiu o reajuste aos servidores de 5% este ano, 5% ano que vem e a incorporação de 5% da GPE em três anos. Nós garantimos tudo o que o sindicato e que os servidores pediram. Esta Mesa dará condições a todos os Parlamentares de exercer as suas funções e também a todos os servidores desta Casa.

Nós temos alguns projetos básicos em andamento: sexta-feira será concluída a licitação da publicidade. Essa licitação foi elogiada, inclusive, por dois documentos que vieram do Ministério Público pela transparência feita na licitação. Serão anunciadas as agências que cuidarão da publicidade. Como a licitação da TV, que está na sua fase de finalização. Como também do Portal da Câmara, que será incluído. Tudo o que a Câmara fizer será através de licitação pública e de forma transparente. Quando os Deputados assinaram o ato que V.Exa. colocou aqui e nós o publicamos no Diário da Câmara, nada foi feito às escondidas, e não será feito.

Temos um projeto básico – inclusive vou até abordá-lo aqui, porque já foi matéria de jornal – de um carro para cada estrutura da Casa, para cada comissão, para os membros da Mesa, para o Corregedor, para o Ouvidor, porque o Tribunal de Justiça, que é aqui do lado, tem carro para todo juiz; assim como o Tribunal de Contas, aqui do lado, tem carro para todo conselheiro; como os jornais, que estão aqui do lado, tem carro para todo jornalista fazer a sua matéria quando vai fazê-la em qualquer lugar. Não é esta Casa que vai se furtar ou se rebaixar a qualquer comentário ou noticiário de jornal. Até o final deste mandato, ouviu, Deputada Eliana Pedrosa e demais Parlamentares, nós vamos dotar a Casa de toda estrutura e de todas as condições para que o Parlamentar possa desenvolver e exercer a sua atividade parlamentar.

Uma notícia no jornal, como saiu hoje, pode ter certeza de que não denigre a imagem de V.Exa. nem do Poder Legislativo, pelo contrário, fortalece, porque esta Casa vai cuidar das condições de saúde e de trabalho de todo Parlamentar e de todo servidor assim que for solicitado, e mesmo quando não for! E pode sair notinha no jornal todo domingo ou no dia que for que nós não vamos recuar aqui em nenhum momento.

Eu não tenho medo de crítica ou de porrada da imprensa, não tenho medo. Eu não fui eleito pelos jornalistas ou pela imprensa. Contribuí muito com o Poder Legislativo. Eu fui eleito pelo eleitor para garantir o direito de qualquer cidadão, para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

legislar pelo cidadão, igual ao debate que nós tivemos anteriormente sobre a questão do Secretário de Fazenda, que é um debate polêmico de duas categorias de servidores que estão disputando – e nós vamos chegar a um entendimento que vai ser o melhor entendimento para a sociedade do Distrito Federal.

Esta Casa vai mostrar para o que veio com toda a certeza, e tem mostrado, como também no debate que nós vamos fazer junto ao Senador Rodrigo Rollemberg, que quer tirar 10% do Fundo Constitucional. Esta Casa não vai se furtar de nenhum debate, podem ter certeza.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não tive ainda a oportunidade de abrir o *Correio Braziliense*, mas quero me solidarizar inteiramente com a Deputada Eliana Pedrosa. Não consegui entender, Deputada Eliana Pedrosa – eu compactuo aqui com V.Exa., sou absolutamente solidário com a sua dor, com a sua mágoa, com o seu sentimento de, num momento de fragilidade, tratar uma coisa absolutamente pessoal e expô-la publicamente de maneira a questionar a legitimidade do seu direito – como o próprio Governador, sendo médico, teria qualquer intenção de prejudicá-la. Não consegui entender essa associação, como também a do próprio Secretário Paulo Tadeu.

Eu tenho por eles absoluto respeito pela idoneidade e pelo respeito que eles têm pela pessoa humana, independentemente da própria posição do cidadão; então, quero fazer essa reflexão aqui com V.Exa. Eu entendo que jamais esses dois representantes da população, que estão em posição de comando hoje, estariam utilizando das suas prerrogativas para comprometê-la no seu momento de debilidade na saúde, e expô-la publicamente e politicamente. Permita-me discordar de V. Exa., porque me parece que não é essa trajetória dessas duas figuras, porque temos o maior respeito por eles.

(Assume a Presidência o Deputado Dr. Michel.)

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, eu queria resumir em poucas palavras toda a sua situação e tudo o que foi divulgado. Eu só queria dizer que, se esse pedido viesse à Mesa hoje, eu o assinaria de novo e com a consciência totalmente tranquila. Só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputada Eliana Pedrosa, eu quero me solidarizar com V.Exa. Assinei e assinaria todas as vezes que esse pedido viesse, porque eu não assinei por uma Deputada, eu assinei por um ser humano que estava necessitando naquele momento de fazer uma cirurgia, de colocar uma lente; e para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

qualquer servidor que chegasse à Mesa, eu assinaria também. Assinaria e assino, porque quem assinaria não assinaria mais, e eu continuo assinando, pode ter certeza disso. Quero me solidarizar com V.Exa. e faça bom uso da lente, que V.Exa. enxergue bastante e que V.Exa. nos veja cada dia melhor, porque eu acho que é isto que é importante, nós cada dia vemos melhor os nossos pares.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – É lamentável que nós não tenhamos ainda a *TV Distrital*, porque nós estamos impotentes, nós não temos divulgação, a não ser que se pague através da verba indenizatória num boletim e saia distribuindo na rodoviária, como a maioria dos Deputados faz. Se a Câmara tivesse a sua TV, esse pronunciamento da Deputada Eliana Pedrosa, politicamente, teria um efeito totalmente contrário. A população, mesmo aqueles que não votaram nela, ouvindo esse tipo de explicação — na realidade, ao se ler a matéria se vê que não tem nada de errado, o problema geralmente é o título da matéria —, o pronunciamento, se a população de Brasília estivesse assistindo por meio da TV da Câmara Legislativa, teríamos um resultado totalmente diferente. O que acontece, na maioria das vezes, é que realizamos aqui debates importantes, mas não há nenhuma divulgação. Podemos nos matar aqui defendendo causas interessantes para a comunidade e isso não terá nenhum efeito.

Eu, pessoalmente, não acredito que o Governador Agnelo ou o Deputado Paulo Tadeu se envolveriam em uma questão dessa natureza, porque ela é mesquinha e politicamente seria de uma burrice tremenda; isso dá um efeito exatamente contrário. Esse tipo de perseguição em cima de problemas de saúde ou familiares; pesquisas e mais pesquisas, estudos políticos, Deputado Chico Leite, mostram exatamente que o efeito é contrário. Então, politicamente é um grande erro achar que se fará uma denúncia porque uma pessoa tem um problema de saúde. Será que nós, as nossas famílias, os nossos amigos, nunca tiveram, ou terão, problemas de saúde? Se for um direito – a própria Deputada falou que já pagou 58 mil de contribuição –, na hora que precisa não pode utilizar? Nessa discussão, não só pela solidariedade à Deputada, mas o que eu lamento profundamente é que se tivéssemos a TV Câmara Legislativa, a Deputada Eliana Pedrosa, pela população, seria ovacionada, porque se trata de um ato mesquinho de um servidor da Casa. Provavelmente, isso não tem nada a ver com a cúpula do Governo, mas pode ser até de interesse de alguns de nós, Deputados, porque quem não tem inveja da Deputada Eliana Pedrosa, que teve 35 mil votos? Ela só perdeu para o Deputado Chico Leite, pois S.Exa. é querida. Essa é uma atitude pequena. Jamais alguém com um posto de comando como o Governador ou o Secretário Paulo Tadeu tomaria uma medida dessas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Concluindo, eu lamento que o pronunciamento da Deputada Eliana Pedrosa a respeito dessa matéria não tenha sido transmitido para todo o Distrito Federal. Muito obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não dá para expressar o sentimento desse tipo de ação, até porque eu entendo a Deputada Eliana Pedrosa quando S.Exa. faz uma avaliação e, às vezes, se sente até perseguida. Temos tanta coisa para falar... Hoje, por exemplo, discutimos tantas coisas importantes. Será que é falta de tema? Será que é falta do que falar? O que me espanta, Deputado Chico Leite, não é só a matéria, mas também a inversão do que realmente é importante. Isso é muito ruim para esta Casa, porque a imagem que se constrói dos Parlamentares para a sociedade é péssima. Quando estamos do outro lado percebemos, como o próprio Deputado Agaciel Maia colocou, que a imagem é a de um Parlamento que não tem consistência. Cada dia é um de nós que está no jornal. Quero ser solidária com os ataques que o próprio Deputado Agaciel Maia vem sofrendo por estar articulando e conversando com servidores públicos da Câmara Legislativa. A notícia ganhou duas páginas. O que isso vai acrescentar no dia a dia do cidadão que vive em Brasília que não seja na possível desvalorização da Câmara Legislativa?

Entendo muito bem a Deputada Eliana Pedrosa. Deputado Chico Leite, vivemos um financiamento dos veículos de comunicação pelo Governo. Muitas vezes, isso não é falado por nenhum de nós, mas existe. Este ano foram gastos mais de 150 milhões com publicidade. Se não existe um controle velado, existe pelo menos um espanto no ar. Existe uma suspeição no ar, sim. Temos temas importantes para serem debatidos, projetos importantes que esta Casa tem discutido. A Deputada Eliana Pedrosa bem disse que não houve nenhum projeto do Poder Executivo que tivesse uma discussão nesta Casa que não conseguimos melhorar.

Acredito que esta Casa, quando aceitamos esse tipo de tratamento... esta Casa não se posiciona como instituição. Hoje foi a Deputada Eliana Pedrosa, ontem foi o Deputado Agaciel Maia, anteontem fui eu. O próximo pode ser qualquer um de vocês. Chega a ser ridículo fazer isso com uma pessoa que usa um plano de saúde, que paga mais de 58 mil reais. Se foi falta de pauta, a assessoria legislativa do meu gabinete está com um monte. Há um monte de representação no Ministério Público. Há o próprio *impeachment* contra o Governador, e a mídia não deu nenhuma linha. É por falta de pauta? Está aqui. Agora denigrem a imagem dos outros como tem sido feito continuamente pela imprensa! É continuamente. Esta Casa tem de se posicionar. Eu sou vítima disso também.

Houve há uma página no *Correio Braziliense* sobre a Secretaria de Juventude. Até você deixar dinheiro em caixa é um problema. Você deixa dinheiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

em caixa, o recurso sai depois de dois anos, você não está mais na pasta e é culpada por não gastar o recurso. É isso que é colocado para a sociedade. Esta Casa tem de se posicionar. Ontem foi o Deputado Agaciel Maia, hoje foi a Deputada Eliana Pedrosa, anteontem fui eu. Amanhã pode ser qualquer um de nós. A Casa tem de se posicionar, e temos de ser solidários, porque começaram a pegar pesado demais. Mexer com a saúde das pessoas, com o bem-estar das pessoas é, no mínimo, um golpe muito baixo.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é bom vermos o posicionamento de todos nós no sentido de nos solidarizarmos com uma companheira. Todos percebem claramente que é uma matéria leviana. Eu queria complementar a fala do meu Presidente de que tudo o que passa pela Mesa Diretora da Câmara Legislativa é assinado com muita responsabilidade, porque ali já foi resultado de um estudo da assessoria legislativa, da assessoria que a Mesa tem para que possamos trabalhar de uma forma extremamente segura e responsável. Eu, solidarizando-me com o que aconteceu, vejo que esse processo é contínuo para a desconstrução de um poder. Tenho certeza absoluta de que o Governo não tem a intenção de fazer esse tipo de debate. Esse tipo de ação não pode continuar. Tenho certeza absoluta de que não é de vontade do Governo que isso aconteça. Acho que algo tem de ser feito. Temos feito um trabalho nesta Casa, no meu entendimento, de produtividade, com seriedade. As coisas têm acontecido num formato que tem norte.

A imprensa pode criticar o que é ruim, mas precisa também comentar e falar o que é bom, até para motivar as pessoas de bem a se aproximarem da política, tão necessária para a cidadania nesta cidade.

Então, precisamos que pessoas de bem venham para cá e queiram se colocar nesse processo. Nesse formato que é colocado, há um distanciamento dessas pessoas desse Parlamento, que é muito necessário para esta cidade. Tenho certeza absoluta de que muitas coisas boas estão saindo daqui e sairão mais ainda.

Nesse sentido, só concluindo, quero dizer à Deputada Eliana Pedrosa que essa condição é inaceitável. Eu sou solidário para falarmos a todas as pessoas que o que S.Exa. fez é correto. Muito obrigado.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de me manifestar num momento desse, haja vista que todos os companheiros que me antecederam foram profícuos nas suas palavras, realmente souberam expressar e transmitir o sentimento desta Casa de uma forma geral, cada um com a sua peculiaridade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Ontem mesmo eu fiz um elogio ao *Correio Braziliense* por uma matéria expressa da Metropolitana, uma preocupação com o centro histórico, com a história, com a criança, com a família. Hoje, realmente, eu fiquei sem entender essa matéria. Eu não vi um fundo de razão. Um Parlamentar requereu da Mesa Diretora, que tem cinco companheiros, o direito de assistência hospitalar, que deveria ser de todo cidadão. Se o nosso sistema de saúde ou nosso sistema organizacional não permite... É muito duro você ver uma pessoa numa capa, você ver um manifesto no qual a pessoa está requerendo melhorar sua qualidade de vida e, como muito bem disse a Deputada, uma parte do corpo que auxilia diretamente na execução do seu trabalho.

Aqui ninguém precisa falar do trabalho da Deputada, uma gigante naquilo que faz, competente naquilo que faz. Eu acredito que S.Exa. é referência para muitas pessoas aqui dentro, inclusive para mim, gente que vem de um segundo mandato agora. Eu sempre aprendi, meu pai sempre me ensinou que é sempre bom buscarmos referência na vida de pessoas que trabalham, que têm luta. E eu não tenho dúvida de falar que a Deputada Eliana Pedrosa é uma pessoa também de muita fibra, como outras pessoas aqui dentro, das quais, em momento oportuno, poderemos falar com toda tranquilidade.

Eu só queria expor meu sentimento de que é duro, mas eu quero me reforçar com a palavra do Presidente e dizer que não podemos baixar a guarda neste momento, nesta discussão tão salutar. Nós não podemos deixar de nos expressar nem ter medo de nos colocarmos e nos posicionarmos diante de uma matéria dessa, até porque isso aqui é o Parlamento, aqui é a caixa de ressonância da sociedade. Aqui é onde as pessoas têm toda tranquilidade de expressar seu posicionamento, falar seu pensamento e refletir o pensamento das pessoas que as cercam, de parte da sociedade ou mesmo só delas.

Então, eu não poderia deixar de me solidarizar com a Deputada nesse momento difícil de sua vida e dizer que S.Exa. é uma guerreira e que isso, com certeza, não vai abalá-la, não vai abatê-la. S.Exa. continuará fazendo o seu trabalho. Indiferentemente aos posicionamentos políticos, indiferentemente aos posicionamentos ideológicos, à cor partidária, eu acho que o homem se iguala na caridade, o homem se iguala no amor. E esse é um momento de igualdade, porque é um momento de aflição e de uma necessidade pessoal, principalmente se tratando de saúde.

Que Deus abençoe V.Exa., Deputada. Que a cirurgia tenha sido... Com certeza, se V.Exa. está aqui, é porque a cirurgia teve bom sucesso. Que Deus continue abençoando V.Exa. e não permita mais que V.Exa. precise fazer outra cirurgia, porque, se fazer uma cirurgia nesta Casa e pedir um ressarcimento causa um constrangimento desse, a única coisa que eu peço a Deus é que não me deixe adoecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero acrescentar duas palavras. Primeiro, quero apoiar todas as intervenções feitas aqui em relação à Deputada Eliana Pedrosa, nossa amiga, nossa companheira.

Agora, eu entendo, Sr. Presidente, que o cidadão que é o autor desse barulho todo aí, ele é que está preocupado, porque, a partir de hoje, a Deputada Eliana Pedrosa, com a vista melhor, está mais bem preparada para ver o erro que ele deve estar fazendo escondido em algum lugar do Distrito Federal. Ele que se cuide, porque, a partir de hoje, a partir deste momento, a Deputada, além de estar mais bonita, está mais preparada para ver os erros dessas pessoas que não têm compromisso com o Distrito Federal e têm desrespeito com as pessoas e com terceiros.

É só isso o que eu queria acrescentar.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha amiga querida Deputada Eliana Pedrosa, somos parceiros, companheiros fidelíssimos de bloco partidário e somos vizinhos também de gabinete.

Deputada Eliana Pedrosa, por duas vezes, passei por V.Exa. nos bastidores, e V.Exa. não me cumprimentou. Até então, eu não sabia o porquê do não cumprimento, mas era em virtude do tratamento por que V.Exa. estava passando, pela fase por que V.Exa. estava passando, uma fase difícil. Sei que V.Exa. sofreu muito.

V.Exa. pleiteou um direito amparada por um projeto de resolução que não foi aprovado por esta Mesa. Se fosse aprovado por essa Mesa, teria o mesmo efeito. Direito por direito, temos que prezar, brigar e buscar. É igual à questão do 14º e do 15º salários, que considero um direito constitucional que é estendido ao Senado, à Câmara dos Deputados e chega à Câmara Legislativa. Não abro mão e jamais abrirei mão, porque é direito.

Então, eu só queria me somar a todos os pronunciamentos feitos aqui. Quero dizer que seria muito mais proveitoso para a sociedade de Brasília e até para a imprensa local fazer um resumo dos seus sete anos de legislatura, dois mandatos e nove meses, dos projetos, das ações, do seu trabalho, principalmente do seu tempo à frente da Secretaria de Desenvolvimento Social, da quantidade de pessoas, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

famílias que V.Exa. pôde beneficiar através da sua compostura, caráter, dignidade do que colocar uma matéria dessa, que, na minha concepção, é infundada. Há muito mais coisas relevantes para nos preocuparmos e muito mais para a imprensa anunciar para a sociedade de Brasília do que simplesmente colocar uma situação que fere a sua pessoa, a sua dignidade e o momento de sofrimento por que V.Exa. passou.

Conheço, admiro e respeito V.Exa. Confio plenamente em V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, antes de tudo, quero aproveitar esse tempo que tenho para me solidarizar com todas as manifestações em prol da Deputada Eliana Pedrosa. Antes de tudo, temos que defender o Poder Legislativo. Acho que, aparentemente, quando não se tem o que falar, pensa-se: vamos falar mal da Câmara Legislativa. Acredito que as manifestações de todos os colegas já deixaram claro qual é o posicionamento desta Casa.

Sr. Presidente, venho ocupar a tribuna rapidamente, vou buscar me ater ao tempo regimental. Eu não poderia deixar passar batido que, neste mês de setembro, Sr. Presidente, estamos completando dez anos da Conferência de Durban, na África do Sul. É um tema extremamente importante para a humanidade, porque foi a terceira conferência contra o racismo e a xenofobia.

Nós também comemoramos na data de hoje, dia 28 de setembro, os 150 anos da Lei do Ventre Livre. Todos sabem que foi uma lei que deu a liberdade aos filhos das escravas do Brasil. Em que pese a Lei do Ventre Livre ter tido um caráter jurídico, pois dava a liberdade aos filhos dos escravos, ela não teve efetivamente um caráter prático para o fim da escravidão. Tanto que, só 17 anos depois, com a Lei Áurea, conseguimos nos libertar formalmente deste mal que foi a escravidão. Sr. Presidente, não é à toa que, por conta disso, fomos efetivamente, comprovadamente a última nação do Ocidente a se libertar da escravidão. Os Estados Unidos se libertaram em 1865, na Guerra da Secessão; os franceses em 1848; e Portugal iniciou seu processo de abolição da escravidão em 1869. Nós esperamos ainda 17 anos.

Por que trazemos isso à baila, Sr. Presidente? Porque, infelizmente, o racismo deixou um triste legado para a nossa população, não só o racismo, mas também a xenofobia. Hoje é inevitável e inegável dizer que o preconceito e o racismo estão impregnados na sociedade brasileira. Todos nós — se não todos, mas a maioria — temos em nossa raiz um tronco relacionado com os afrodescendentes. Não podemos, Sr. Presidente, deixar de nos manifestar em uma data tão importante, como são os 140 anos da Lei do Ventre Livre.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Na semana passada, a ONU chamou uma audiência, uma reunião para discutir os efeitos e o que tem sido feito a partir de Durban. Infelizmente, 10 anos depois da terceira conferência contra racismo, o que vemos pelo mundo e também no Brasil é que pouca coisa avançou.

No nosso caso, Sr. Presidente, ainda temos dados de diversos organismos importantes, tanto do Governo quanto de academias, de universidades, que comprovam essa preocupação com o racismo e com o prejuízo dos afrodescendentes em relação à população tida como branca. Tenho em minhas mãos dados do IBGE, do Ipea. O relatório da Universidade Federal do Rio de Janeiro que fala, sobretudo, da questão da desigualdade racial foi divulgado agora no mês de setembro, pelo economista Marcelo Paixão, da Câmara dos Deputados. Ele revela que a população negra e parda tem mais dificuldades para acessar o Sistema Único de Saúde. Temos aqui o Deputado Washington Mesquita, que é dignamente Presidente da Comissão de Saúde. Os negros e pardos hoje têm mais dificuldade de acesso ao SUS. Isso não sou eu que estou falando, é a Universidade Federal do Rio de Janeiro. E, quando têm acesso, além de tudo, são negligenciados. São coisas que temos de avaliar.

O problema dos afrodescendentes está relacionado também à questão de educação e segurança. Esse mesmo documento revela, Sr. Presidente, V.Exa. que é da área de Segurança, dados alarmantes. Em 2006 e 2007, das 96 mil pessoas assassinadas no País, sessenta e três por cento eram de pessoas negras ou pardas. Em 2007, Deputada Rejane Pitanga, V.Exa. que é uma profunda defensora do trabalho, uma guerreira pelas mulheres, assim como nossa querida amiga Deputada Luzia de Paula, o número de assassinato entre as mulheres negras era 41,3% superior ao observado entre as mulheres brancas. Esse documento mostra que tudo isso é um reflexo de um preconceito que está enraizado em nossa sociedade.

O relatório também traz informações sobre os índices de mortalidade materna no País e aponta que em 2007 a cada 100 mil nascidos vivos, 55 mulheres morreram em decorrência de problemas relacionados à maternidade. Dessas 55 mulheres, 59% eram negras.

Eu acho que devemos fazer uma reflexão nesta Casa sobre as políticas públicas que têm sido desenvolvidas em função da igualdade racial. É óbvio que tivemos avanços. A própria Constituição de 1988 é um grande avanço — puxada pelo Movimento Negro —, em que foi instituído um artigo específico para as políticas para a população negra.

Nós temos que salientar e parabenizar o Governo do Presidente Lula, porque foi o primeiro a criar uma secretaria com *status* de Ministério para cuidar da igualdade racial, além de incluir na educação a história da cultura africana. Aqui, recentemente, o Governador Agnelo Queiroz criou nosso Cepir, um organismo semelhante ao do Governo Federal, que precisa ser dotado de instrumentos para melhorar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Vale salientar, Sr. Presidente, que muitas vezes nós pensamos que a questão da igualdade racial está relacionada somente ao negro. V.Exa. que sempre diz, com orgulho, que é filho de uma faxineira negra e que chegou a este posto de Vice-Presidente da Câmara Legislativa, a questão da igualdade racial não está somente ligada à questão negra, está ligada à questão da mulher, dos indígenas, da população dos palestinos, dos judeus, enfim, nós não podemos ter nenhum tipo de preconceito relacionado com credo, com raça ou mesmo com opção sexual.

Sr. Presidente, nesse sentido, numa parceria que fizemos com a Deputada Rejane Pitanga, agora no dia 20 de novembro comemoraremos o Dia Internacional da Consciência Negra, nós estaremos realizando uma sessão solene nesta Casa para tratar do tema da igualdade racial e também por que não dizer discutindo os efeitos de Durban e se isso realmente trouxe algum benefício para essa questão da igualdade racial.

Sr. Presidente, peço desculpas por ter me alongado, mas não poderia deixar, no dia de hoje, com tantos temas importantes que tratamos aqui como o Fundo Constitucional, o desabafo da Deputada Eliana Pedrosa, com toda razão, e tantos outros, deixar de fazer essa menção aos 10 anos da conferência contra o racismo e contra a xenofobia e também aos 140 anos da Lei do Ventre Livre.

Muito obrigado. Boa tarde.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a inclusão na Ordem do Dia da Moção nº 145, de 2011, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Acato a solicitação de V.Exa.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, consulto os pares se desejam fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos, aos colegas da imprensa. Eu queria fazer coro à fala do Deputado Cláudio Abrantes. É muito importante que a cidade se lembre dessa data e que continuemos discutindo questões tão importantes como o combate ao racismo e a qualquer outra forma de discriminação.

Hoje também o debate que tomou conta da Casa e que eu acho extremamente importante é o debate sobre a reestruturação que se propõe na Secretaria de Fazenda. A reestruturação precisa ser debatida, é importante que cheguemos a um lugar comum nessa discussão, mas eu gostaria de lembrar que existe um concurso marcado para o cargo de auditor do Distrito Federal. Esse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

concurso foi marcado em 2010 e as pessoas abandonaram suas vidas por causa dele. E eu, que conheço muito bem a realidade dos concursandos de Brasília, sei que muitos deles têm seus próprios negócios e os abandonam pelo sonho de uma carreira pública, outros deixam seus empregos, muitas vezes em carreiras promissoras na iniciativa privada, para estudarem para o concurso público, e o Estado não pode simplesmente ignorar esse debate na hora de falar de qualquer reestruturação. Há um concurso marcado e eu vou ser veemente na luta para que esse concurso aconteça. Não há nem possibilidade de um debate sobre reestruturação que ignore um compromisso do Estado com seus cidadãos. As pessoas se inscreveram, pagaram a taxa, pagaram cursinho, abandonaram suas próprias vidas e precisam da proteção do Estado neste momento. Depois que esse direito for garantido podemos pensar em outros assuntos, mas o concursando não pode ser prejudicado neste debate.

Mais que isso também, eu queria parabenizar o Governo do Distrito Federal porque nesta manhã, através da sua Secretaria de Trabalho, realizou a Conferência sobre a Agenda Distrital do Trabalho Decente. A Secretaria de Trabalho assumiu uma posição sobre esse assunto e iniciou esse debate político em Brasília. Aconteceram plenárias em diversas cidades do Distrito Federal e hoje, no Auditório da LBV, aconteceu a plenária sobre o trabalho decente. Essa é uma agenda internacional, uma agenda extremamente moderna, contemporânea, que tem sido desenvolvida pela Organização Internacional do Trabalho, através da Dra. Laísa Abramo, aqui no Brasil, e que estabelece critérios sobre o que seria um trabalho digno. O Brasil não pode tolerar nenhuma forma de trabalho degradante. A Capital da República tem que dar exemplo nesse sentido. Brasília tem que ser exemplo no combate à informalidade, exemplo no combate a toda forma de trabalho degradante, como o trabalho infantil, o tráfico de pessoas. E a Capital pode fazer isso, porque é o centro de ressonância para o Brasil inteiro. O que acontece aqui acaba se espalhando. Brasília precisa desenvolver esse debate, a Secretaria de Trabalho, o Secretário Glauco Rojas está de parabéns, pois esse é um assunto fundamental. Estamos diante da iminência de uma crise internacional e essa crise internacional traz desdobramentos. Vimos as medidas da Presidente Dilma Rousseff aumentando a taxa sobre automóveis importados, que já é um sinal de que o Governo teme uma desindustrialização no Brasil nos próximos anos e, diante dos desdobramentos dessa crise, não podemos aceitar que as soluções encontradas pelo Governo brasileiro incluam a flexibilização das conquistas trabalhistas obtidas neste nosso país. São conquistas que demoraram muito para ser alcançadas e não podem simplesmente ser atacadas neste momento, em que a crise internacional se aproxima.

Deixo aqui os meus parabéns ao Secretário de Trabalho e ao Governo do Distrito Federal, pelo importante debate feito hoje de manhã no auditório da LBV. Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que passemos diretamente à votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Chico Vigilante, esta Presidência precisa consultar os outros Deputados que ainda não falaram, para ver se todos abrem mão da palavra.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 184, de 7/10/2011, juntamente com a ata sucinta da 87ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Esta Presidência solicita que o Sr. Secretário proceda à verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Estão presentes 17 Deputados, havendo, portanto, *quorum* para deliberação.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

Esta Presidência informa que, conforme acordo de Líderes e a pedido do Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure, incluímos os seguintes itens extrapauta: Projeto de Lei nº 485, de 2011; Projeto de Lei nº 506, de 2011; Projeto de Lei nº 508, de 2011; Projeto de Lei nº 511, de 2011; Projeto de Lei nº 568, de 2011, e o Projeto de Resolução nº 33, de 2011.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 485, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 13.897.124,00 (treze milhões, oitocentos e noventa e sete mil, cento e vinte e quatro reais)”.

A tramitação foi concluída nas comissões e foram apresentadas 47 emendas de plenário, no primeiro turno. Foram retiradas as Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 39, 40, 41, 43 e 44.

Diante disso, solicito ao Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer sobre as emendas apresentadas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 485, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 13.897.124,00 (treze milhões, oitocentos e noventa e sete mil, cento e vinte e quatro reais)”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o PL 485, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Declaro prejudicadas as Emendas nº 34, nº 35, nº 36, nº 37, nº38, nº39, nº 40, nº 41, nº 42, nº 43, nº 44, nº 45, nº 62. E nº 01 e nº 66, conforme solicitação dos próprios autores e apresentada à CEOF.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 506, de 2011, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).”

A tramitação foi concluída nas Comissões, foram apresentadas quatorze emendas de plenário, em primeiro turno.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 506, de 2011, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).”

Sr. Presidente, esse é o parecer das emendas apresentadas em plenário, porque a matéria já tramitou na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Houve alguns problemas e estamos apenas corrigindo esses problemas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

É o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o PL 506, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Declaro prejudicadas as emendas aditivas nº 16, nº 135, nº 136 e nº 140, apresentadas à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 508, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ R\$ 80.644.332,00 (oitenta milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e dois reais.)”

A tramitação nas comissões está concluída. Foram apresentadas duas emendas de Plenário, em primeiro turno.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 508, de 2011, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ R\$ 80.644.332,00 (oitenta milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e dois reais)”.

Nos termos do inciso II, letra b, do art. 64, do Regimento Interno da Câmara Legislativa, compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira das proposições apresentadas e emitir parecer acerca de créditos adicionais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Sr. Presidente, a Emenda Aditiva nº 1 e a Emenda Modificativa nº 2, apresentadas em Plenário, apresentam-se adequadas quanto aos aspectos de legalidade e técnica orçamentário-financeira.

Em face dos argumentos expostos, somos pela admissibilidade e aprovação do PL nº 508, de 2011, com as emendas de Plenário nºs 1 e 2, respectivamente aprovadas.

É o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste momento, temos 18 Deputados em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Retificando o resultado da votação: o parecer foi aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 508, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 511, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária anual do Distrito Federal, no valor de R\$ R\$ 940.000,00 (novecentos e quarenta mil reais)”.

A tramitação está concluída.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 568, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária do Distrito Federal, no valor de R\$ R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)”.

Foi apresentada uma emenda de Plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de informar aos nobres Deputados e Deputadas presentes que estamos abrindo uma exceção trazendo essa discussão sem levarmos diretamente à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, dada a relevância que tem a matéria, por se tratar de pagamento de servidor, pois prejudicaria grande parte de todos os servidores do Distrito Federal.

Portanto, acatamos a sugestão de emitirmos o parecer diretamente no plenário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 568, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual, do Distrito Federal no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)”.

O projeto de lei em epígrafe, encaminhado por meio da Mensagem nº 247, de 2011, do Governador do Distrito Federal, pretende suplementar a Lei Orçamentária Anual no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), destinados ao pagamento de pessoal das seguintes unidades orçamentárias:

- Secretaria de Educação – R\$ 419.000.000,00;
- Fundeb – R\$ 70.000.000,00;
- Emater – R\$ 5.400.000,00;
- Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – R\$ 5.600.000,00.

Para financiar o crédito suplementar, o projeto de lei cancela recursos das reservas orçamentárias de vetos à LOA, no valor de R\$ R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

Em sua Mensagem, o Governador informa que as dotações orçamentárias destinam-se ao pagamento de pessoal referente ao encerramento do exercício, razão por que pede que a proposição seja apreciada em regime de urgência.

Foi apresentada a Emenda Aditiva nº 1 pela Deputada Eliana Pedrosa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Voto do Relator: é da competência da Comissão de Assuntos Fundiários, nos termos do art. 64 do Regimento Interno, combinado com o art. 62, a atribuição de analisar a admissibilidade e emitir parecer sobre o mérito dos projetos de lei de créditos adicionais.

A proposição foi encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo para suprir insuficiência de dotações orçamentárias, para fazer o pagamento de pessoal da Secretaria de Educação, Fundeb, Emater e Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, com a composição acima citada.

Ela encontra-se formalmente apresentada na forma em que os créditos adicionais são apresentados à apreciação a esta Casa Legislativa, e atende aos requisitos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Diante do exposto, voto pela admissibilidade e aprovação do projeto de lei ora analisado, com o acatamento da Emenda Aditiva nº 01, da Deputada Eliana Pedrosa.

Texto da Emenda Aditiva nº 01:

“Adite-se ao presente projeto de lei o seguinte art. 4º, renumerando-se os demais:

Art. 4º: Os recursos de que trata este crédito suplementar não poderão ser cancelados utilizando-se do dispositivo estabelecido no art. 8º, I, a, da Lei nº 4.533, de 30 de dezembro de 2010.”

Justificativa da Emenda Aditiva da Deputada Eliana Pedrosa:

“Esta emenda tem por objetivo impedir que o Poder Executivo remaneje os recursos oriundos desta proposta para outra finalidade, utilizando-se da delegação da LOA que permite remanejamento por decreto no limite de até 20% das dotações”.

Portanto, em conclusão, voto pela admissibilidade e aprovação do projeto de lei apresentado, com o acatamento da Emenda Aditiva nº 01, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.

É o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Deputada Eliana Pedrosa, eu consulto V.Exa. se há acordo para votação do Projeto de Lei nº 568, de 2011.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, em relação ao Projeto de Lei nº 568, com certeza há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Há acordo para apreciação do Projeto de Lei nº 568.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 568, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 33, de 2011, de autoria da Mesa Diretora, que “altera a Resolução nº 246, de 2010, que institui o Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal para filmes produzidos no Distrito Federal e inscritos no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro”.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Deputado Chico Leite se prepara para proferir o parecer, eu queria salientar a importância desse projeto, haja vista que estamos com o Festival de Cinema em curso. É um projeto da Mesa Diretora que faz a adequação do prêmio da Mostra Brasília ao Festival. Portanto, pedimos o apoio dos Deputados, porque, com esse projeto, vamos atingir a premiação que a Câmara já concede há tantos anos. É algo muito importante e, por isso, solicitamos a compreensão e a presença dos Deputados para a aprovação desse projeto de resolução da Mesa Diretora.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, designo o Deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PSC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 33, de 2011, de autoria da Mesa Diretora, que “altera a Resolução nº 246, de 2010, que institui o Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal para filmes produzidos no Distrito Federal e inscritos no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro”.

O Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal, criado em 1996, tem sido um importante instrumento de incentivo à produção cinematográfica local, concedendo prêmios específicos para as produções do Distrito Federal inscritas na chamada Mostra Brasília.

O objetivo da presente proposição é tão somente o de adaptar nossa resolução às novas regras do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, recentemente alteradas, ressaltando-se o trabalho feito pelos servidores da Coordenadoria de Comunicação Social desta Casa, que discutiram os detalhes da premiação com representantes da Secretaria da Cultura e da Associação Brasileira de Cinema e Vídeo. A partir da atual edição não haverá mais distinção entre filmes produzidos em bitola de 35 milímetros e aqueles produzidos pelo sistema digital, motivo por que alteramos os valores da premiação.

Assim, estamos certos de que a nossa proposta terá acolhida entre aqueles que apoiam a arte e a cultura do Distrito Federal.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Em discussão, em turno único, o Projeto de Resolução nº 33, de 2011.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 33, de 2011, que “altera a resolução nº 246, de 2010, que institui o troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal para filmes produzidos no Distrito Federal e inscritos no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item nº 23:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 28, de 2011, de autoria da Mesa Diretora, que “denomina a Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal de Biblioteca Paulo Bertran”.

Tramitação concluída nas comissões.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 28, de 2011, de autoria da Mesa Diretora, que “denomina a Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal de Biblioteca Paulo Bertran”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 145, de 2011, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “manifesta votos de louvor e parabeniza as personalidades que menciona pelos relevantes serviços prestados à comunidade da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A moção está aprovada com a presença de 18 Deputados.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para discussão e votação, em segundo turno, em regime de urgência, dos seguintes projetos:

- Projeto de Lei nº 485, de 2011;
- Projeto de Lei nº 506, de 2011;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   09   2011	15h39min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

- Projeto de Lei nº 508, de 2011;
- Projeto de Lei nº 511, de 2011;
- Projeto de Lei nº 568, de 2011.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h28min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 186 – Suplemento, de 11/10/2011.